

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Willian Lemos da Silva

Curdistão - História e luta de um povo sem país

DOURADOS
JULHO, 2025

Willian Lemos da Silva

Curdistão - História e luta de um povo sem país

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Direito e Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais sob orientação do Prof. Dr. Bruno Boti Bernardi.

DOURADOS
JULHO, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586c Silva, Willian Lemos Da
CURDISTÃO-HISTÓRIA E LUTA DE UM POVO SEM PAÍS [recurso eletrônico] /
Willian Lemos Da Silva. -- 2025.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Boti Bernardi.
TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande
Dourados, 2025.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Curdistão. 2. Autodeterminação. 3. Genocídio. 4. Confederalismo Democrático. 5.
Geopolítica. I. Bernardi., Prof. Dr. Bruno Boti. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 02 de julho de 2025, compareceu para defesa pública on-line do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Willian Lemos da Silva** tendo como título “**CURDISTÃO - HISTÓRIA E LUTA DE UM POVO SEM PAÍS**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Bruno Boti Bernardi** (orientador), **Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto** (examinador) e **Dr. Mario Teixeira de Sá Junior** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
gov.br BRUNO BOTI BERNARDI
Data: 02/07/2025 20:02:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Bruno Boti Bernardi

Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br ARTHUR PINHEIRO DE AZEVEDO BANZATTO
Data: 02/07/2025 20:44:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Arthur Pinheiro de Azevedo Banzatto

Examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIO TEIXEIRA DE SA JUNIOR
Data: 03/07/2025 06:42:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Mario Teixeira de Sá Junior

Examinador

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre confiaram em mim.

À minha amiga Liz, por me apoiar e auxiliar nas minhas dúvidas.

Ao meu orientador, professor Dr. Bruno Boti Bernardi, pela sua paciência e disponibilidade. Sem ele, seria inviável desenvolver este trabalho.

"Nas profundezas do inconsciente humano existe uma necessidade generalizada de um universo lógico que faça sentido. Mas o universo real está sempre um passo além da lógica." (Frank Herbert)

RESUMO

O presente trabalho analisa de forma crítica a trajetória histórica, política e social do povo curdo, destacando suas lutas por autodeterminação, autonomia e reconhecimento internacional. A pesquisa aborda desde a inserção do Curdistão no Império Otomano, passando pela fragmentação imposta pelos tratados de Sèvres e Lausanne, até os processos de resistência nas quatro partes do Curdistão — na Turquia, Iraque e Síria . O estudo examina episódios centrais como as insurreições curdas no Iraque, a campanha Anfal, o massacre de Halabja, a guerra civil curda, o surgimento de Rojava e o fracasso do referendo pela independência em 2017. Além disso, discute o papel das potências internacionais, a omissão dos organismos multilaterais e os desafios contemporâneos, como guerras híbridas, terrorismo, deslocamento forçado e mudanças climáticas. Por fim, são analisadas as propostas atuais de solução, como o confederalismo democrático, além da luta contínua pela construção de um futuro livre, autônomo e justo para a nação curda.

Palavras-chave: Curdistão, Autodeterminação, Genocídio, Confederalismo democrático, Geopolítica.

Palavras-chave: Curdistão, Autodeterminação, Genocídio, Confederalismo Democrático, Geopolítica. .

ABSTRACT

This paper critically analyzes the historical, political, and social trajectory of the Kurdish people, highlighting their struggles for self-determination, autonomy, and international recognition. The research addresses the incorporation of Kurdistan into the Ottoman Empire, the fragmentation imposed by the Treaties of Sèvres and Lausanne, and the resistance processes in the four parts of Kurdistan — Turkey, Iraq, Syria, and Iran. The study examines key episodes such as the Kurdish uprisings in Iraq, the Anfal campaign, the Halabja massacre, the Kurdish civil war, the emergence of Rojava, and the failure of the 2017 independence referendum. Furthermore, it discusses the role of international powers, the omission of multilateral organizations, and current challenges such as hybrid wars, terrorism, forced displacement, and climate change. Finally, the paper analyzes current proposals for a solution, such as democratic confederalism, as well as the ongoing struggle for building a free, autonomous, and just future for the Kurdish nation.

Keywords: Kurdistan, Self-determination, Genocide, Democratic confederalism, Geopolitics.

Keywords: Kurdistan, Self-determination, Genocide, Democratic confederalism, Geopolitics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Mapa da população curda no Oriente Médio.....	17
FIGURA 2	Disposições do Tratado de Sèvres para um Curdistão independente em 1920	22
FIGURA 3	Imigrantes da comunidade curda seguram cartazes e bandeiras com a imagem de Abdullah Öcalan durante um protesto pela sua libertação, realizado em Londres no dia 1º de dezembro de 2024.....	33
FIGURA 4	Imagem datada de 20 de março de 1988 mostra um pai curdo, Omari Khawar, segurando seu bebê em seus braços em Halabja. Ambos foram mortos em um ataque químico iraquiano à cidade.....	42
FIGURA 5	Estrutura do confederalismo democrático e da autonomia democrática nos Cantões de Rojava.....	50
FIGURA 6	Lutadoras curdas do YPG.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. A HISTÓRIA DO POVO CURDO.....	17
1.1 O CURDISTÃO NO PERÍODO OTOMANO	18
1.2 DECLÍNIO DO IMPÉRIO OTOMANO E IMPACTO SOBRE OS CURDOS	19
1.3 O SURGIMENTO DO NACIONALISMO CURDO	20
1.4 A QUEDA DO IMPÉRIO E A OPORTUNIDADE PERDIDA.....	21
1.5 O TRATADO DE LAUSANNE E A FRAGMENTAÇÃO DEFINITIVA.....	23
1.6 IMPACTOS GEOPOLÍTICOS E MEMÓRIA HISTÓRICA	23
2 O CURDISTÃO TURCO	25
2.1 A REPÚBLICA TURCA E O CURDISTÃO.....	25
2.2 ABDULLAH ÖCALAN E O PKK: DA LUTA ARMADA AO CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO.....	29
2.3 A CRIMINALIZAÇÃO DOS PARTIDOS PRÓ-CURDOS: O CASO DO HDP.....	34
2.4 O PROTAGONISMO DAS MULHERES CURDAS NA RESISTÊNCIA.....	34
2.5 A SITUAÇÃO ATUAL DOS CURDOS NA TURQUIA APÓS AS ELEIÇÕES DE 2023....	35
2.6 CENSURA, REPRESSÃO DIGITAL E PERSEGUIÇÃO À IMPRENSA CURDA.....	36
3 O CURDISTÃO IRAQUIANO	37
3.1 AS INSURREIÇÕES CURDAS NO IRAQUE (1961–1975) E O ACORDO DE ARGEL...39	
3.2 A CAMPANHA ANFAL: GENOCÍDIO, ARMAS QUÍMICAS E A CONSOLIDAÇÃO DA AUTONOMIA CURDA NO IRAQUE.....	40
3.3 DA GUERRA CIVIL AO DESAFIO DA INDEPENDÊNCIA.....	42
3.4 CONSEQUÊNCIAS PÓS-REFERENDO DE 2017.....	43
3.5 A INFLUÊNCIA CRESCENTE DE POTÊNCIAS REGIONAIS.....	44
3.6 DESAFIOS ATUAIS DO CURDISTÃO IRAQUIANO.....	45
3.7 O IMPACTO DOS REFUGIADOS CURDOS E YAZIDIS.....	45
4 O CURDISTÃO SÍRIO (ROJAVA)	47
4.1 O PAPEL DAS YPG E DAS YPJ NA DEFESA DE ROJAVA.....	48

4.2 A RETIRADA DAS TROPAS DOS EUA E A OFENSIVA TURCA.....	48
4.3 O PAPEL DA MULHER NA REVOLUÇÃO DE ROJAVA.....	49
4.4 HTS, O NOVO GOVERNO SÍRIO E A NORMALIZAÇÃO COM ISRAEL.....	50
4.5 ABANDONO DAS ARMAS PELO PKK E IMPACTO EM ROJAVA.....	51
5 SITUAÇÃO ATUAL, DESAFIOS ATUAIS E PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS.....	52
5.1 A CULTURA CURDA CONTEMPORÂNEA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA.....	52
5.2 A QUESTÃO CURDA E O DIREITO INTERNACIONAL.....	53
5.3 O FRACASSO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	53
5.4 OPORTUNISMO GEOPOLÍTICO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CAUSA CURDA.....	54
5.5 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: GUERRAS HÍBRIDAS, TERRORISMO REFUGIADOS.....	55
5.6 PROPOSTAS DE FUTURO: PAZ, AUTONOMIA E NAÇÃO DEMOCRÁTICA.....	55
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

INTRODUÇÃO

O povo curdo é um povo oprimido, e o subjugoamento e a repressão a que está submetido o torna o maior grupo étnico sem um Estado próprio. Espalhados principalmente entre o Iraque, Turquia, Síria e em menor escala Irã e Armênia¹, a busca dos curdos por autonomia e direitos é marcada pela perseguição e marginalização. Com o fim do Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial, os curdos se viram sem o único governo que lhes proporcionava o mínimo de proteção e autonomia, ficando à mercê das potências europeias e das novas nações que surgiram no Oriente Médio. A formação de Estados-nação no estilo europeu contribuiu para a fragmentação da população curda, acentuando as diferenças regionais e causando o fracionamento da língua, cultura e aspirações políticas curdas. O que antes era um Curdistão unificado se tornou então vários “Curdistões”, divididos entre quatro nações diferentes (McDowall, 1996; Lawrence, 2008).

A partir de então, a “questão curda” foi confiada à livre vontade de cada país e qualquer tentativa de estabelecer um Estado independente foi brutalmente sufocada. Os curdos sempre sofreram políticas de assimilação à cultura dominante (turca, árabe ou persa). No sudeste da Turquia, em particular, foram submetidos à “turquicização” forçada, assim como outras minorias; muitos deles foram transferidos à força para outras áreas do país, seus nomes e costumes foram proibidos, e o uso da língua curda foi restringido. O governo turco chegou ao ponto de negar a existência dos curdos como grupo étnico, chamando-os de “turcos orientais” ou, de forma mais depreciativa, de “turcos das montanhas”. No Iraque, então administrado pelo Reino Unido, a monarquia árabe estava pouco inclinada a conceder à minoria curda autonomia administrativa. Em 1925, a Força Aérea Britânica bombardeou várias cidades e aldeias curdas que exigiam independência (McDowall, 1996; Lawrence, 2008).

Ao longo do século, movimentos separatistas curdos, como a República Curda de Mahabad e a República Curda do Ararat, foram estabelecidos na região. No entanto, a falta de reconhecimento dessas entidades por outras potências, juntamente com a superioridade militar dos países envolvidos, resultava em seu desmantelamento em um curto espaço de tempo.

1 _____

¹ Este trabalho não abordará as comunidades curdas presentes no Irã e na Armênia, pois, apesar de sua importância, sua presença histórica e influência social são menos expressivas em comparação com outras regiões mais centrais à trajetória do povo curdo.

Na Síria, os curdos obtiveram a nacionalidade em 1962, mas aqueles que não cumpriram os requisitos de residência tornaram-se estrangeiros, enquanto os sem documentos foram classificados como não registrados. Ambos os grupos transmitiram seu status às gerações seguintes, enfrentando a negação da cidadania e uma série de restrições, como a proibição de possuir terras, obter certidões de casamento, matricular-se em escolas, votar ou conseguir emprego. Na década de 1960, o governo sírio planejou evacuar áreas de maioria curda no Nordeste, deslocando-os para o sul e trazendo famílias árabes para ocupar essas terras (McDowall, 1996; Lawrence, 2008).

Em 1974, surgiu na Turquia o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), fundado por Abdullah Öcalan. Inicialmente, sua ideologia combinava socialismo revolucionário e nacionalismo curdo, visando a criação de um Estado marxista-leninista independente, o Curdistão. O PKK travou luta armada pelos direitos culturais e políticos dos curdos na Turquia.

Porém, no final da década de 1980, enfrentou dificuldades em mobilizar apoio devido ao forte sentimento religioso na comunidade curda e começou a adotar crenças islâmicas sunitas, embora permanecesse predominantemente secular. Öcalan foi preso em fevereiro de 1999 e anunciou um cessar-fogo unilateral em setembro do mesmo ano, pedindo aos membros do partido que evitassem a violência. Apesar disso, o braço militar do PKK, a Brigada para a Liberdade do Curdistão, continuou ativo, realizando ataques esporádicos.

Apesar de valorizarem sua identidade cultural e buscarem reconhecimento enquanto povo, os curdos não consideram que a construção de seu sistema político deva se apoiar exclusivamente em critérios étnicos. A proposta que defendem reconhece a diversidade como um princípio fundamental, garantindo que diferentes grupos possam manter suas práticas culturais livremente. Nesse contexto, a ideia de “Nação Democrática”, concebida por Öcalan, propõe uma organização social que transcende tanto o modelo estatal tradicional quanto as divisões baseadas em origem étnica (, Öcalan 2008, Verissimo, 2021).

O federalismo democrático curdo representa uma abordagem inovadora à governança e à organização política no contexto das lutas por autonomia e identidade dos povos curdos. Este modelo se opõe à definição clássica de Estado segundo Norberto Bobbio (2008), que enfatiza a centralização do poder e a uniformização cultural. No cerne do federalismo democrático curdo está a valorização da diversidade

cultural e política, projetando uma estrutura em que comunidades curdas possam autoadministrar-se enquanto mantêm laços de solidariedade e cooperação entre elas.

O próprio Abdullah Öcalan afirma essa ideia:

O confederalismo democrático do Curdistão não é um sistema estatal, mas um sistema democrático do povo sem Estado. Com as mulheres e os jovens na vanguarda, é um sistema no qual todos os setores da sociedade desenvolverão suas próprias organizações democráticas. É uma política exercida por cidadãos confederados livres e iguais, elegendo seus próprios representantes regionais livres. Baseia-se no princípio de sua própria força e competência. Deriva seu poder do povo e, em todas as áreas, incluindo sua economia, buscará a autossuficiência. (Öcalan, Declaration of Democratic Confederalism in Kurdistan, Acesso em: 18 junho 2025. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160929163726/http://www.free-medialibrary.com/index.php/Declaration_of_Democratic_Confederalism_in_Kurdistan).

O confederalismo democrático então se opõe ao centralismo do Estado e à imposição de valores culturais e sociopolíticos dominantes, seja por parte de Estados-nação ou de forças globais. Sendo assim, valoriza a construção de acordos entre diferentes estruturas sociais e incentiva a convivência equitativa entre comunidades políticas locais, rejeitando qualquer tipo de centralização e uniformização cultural, defendendo a visão de que os povos não são homogêneos, mas compostos por uma diversidade de identidades. Concede maior ênfase à autogestão comunitária e à cidadania política moldada conforme as práticas autônomas de cada comunidade. (Öcalan, 2008, 2018; Paniz, 2023).

Atualmente, é possível dizer que o povo curdo está praticamente abandonado pela comunidade internacional e que a mesma é hipócrita ao abordar tais temas. Em grande parte, as potências ocidentais são responsáveis pela situação atual do Curdistão, seja por omissão ou interferência direta - nota-se que, no início da década de 1920, as potências britânica e francesa promoveram acordos que contribuíram para a divisão do Curdistão em quatro partes, entre o Irã, a Turquia, a Síria e o Iraque. Esta não foi uma simples divisão territorial, pois o Ocidente dividiu os curdos em sua tradição e cultura.

Também tem havido enorme complacência para com os atos brutais que o povo curdo sofre. Um exemplo disso é o apoio quase incondicional que os EUA oferecem para que o governo turco possa resolver a questão curda por via militar, através da venda de armas, assistência à segurança e cooperação em matéria de informações. A política externa dos EUA garantiu que os elementos mais repressivos e pró-guerra na Turquia tivessem um fornecimento constante de recursos para travar a guerra não

apenas contra o PKK, mas também em comunidades curdas inteiras (McDowall, 1996; Lawrence, 2008).

Objetivos

Apresentado o contexto histórico e político do povo curdo, este trabalho consistirá em uma exposição da atual situação do povo curdo, explorando nos próximos capítulos as violações dos direitos humanos praticadas, especialmente pelos governos iraquiano e turco.

Inicialmente, no primeiro capítulo, será abordada a situação de segregação que o governo da República da Turquia impôs à população curda em seu território. Serão analisadas as políticas de repressão, a negação de direitos básicos e a tentativa de assimilação cultural desse grupo étnico minoritário. Além disso, será discutido o impacto dessas ações na vida diária dos curdos na Turquia, bem como os esforços de organizações internacionais para denunciar e coibir tais práticas discriminatórias.

Posteriormente, no segundo capítulo, será apresentada a situação alarmante e trágica a que o povo curdo foi submetido na República do Iraque. Serão detalhados os abusos de direitos humanos, as perseguições políticas e a violência sistemática cometida contra essa minoria étnica. Além disso, será abordado o contexto histórico e geopolítico que levou a essa grave crise humanitária. O objetivo é sensibilizar o leitor para a urgência de se encontrar uma solução justa e duradoura para o conflito envolvendo o povo curdo no Iraque.

Por fim, esse trabalho pretende usar a sua conclusão e considerações finais para apresentar uma análise dos conflitos apresentados e possíveis soluções propostas pelos diversos atores.

Justificativa

O povo curdo representa o maior grupo étnico do mundo sem um Estado próprio, espalhado por vários países, e há décadas sofre repressões severas, políticas de assimilação cultural e negação de direitos básicos. Apesar da gravidade da situação, a causa curda é frequentemente ignorada pela comunidade internacional, sendo tratada com hipocrisia e negligência, principalmente por parte das potências ocidentais que historicamente contribuíram para a fragmentação do Curdistão. A omissão frente às violações cometidas contra os curdos, bem como o apoio direto a regimes opressores, reforça a importância de aprofundar o debate sobre a

responsabilidade internacional. Este estudo se justifica pela necessidade de dar visibilidade à luta do povo curdo, contextualizando seu sofrimento histórico e denunciando a convivência política que mantém o status atual.

E apesar de sua importância geopolítica, a temática ainda é pouco explorada nos meios acadêmicos brasileiros. Dessa forma, o presente estudo demonstra-se relevante, por contribuir para a ampliação do debate sobre minorias étnicas sem Estado no contexto do Oriente Médio, promovendo uma abordagem interdisciplinar que articula relações internacionais, direitos humanos, ciência política e estudos étnico-culturais.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com base em um estudo de caso com uma abordagem qualitativa e analítica, fundamentada em fontes bibliográficas, artigos acadêmicos e materiais produzidos por veículos de informação locais da região curda.

Sendo assim, foi de extrema importância consultar diversas fontes de análises e opiniões locais da região curda, seja por meio da consulta a autores locais e seus livros e artigos, ou por veículos de informações curdas como a KNN (Kurdish News Network) e a Rudaw Media Network (uma importante emissora de mídia no Curdistão iraquiano).

1 A HISTÓRIA DO POVO CURDO

Ao longo da história moderna, o povo curdo não enfrentou apenas perseguições dentro das fronteiras que delimitam artificialmente os Estados de Turquia, Irã, Iraque e Síria, mas também foi forçado a se espalhar pelo mundo, formando uma das maiores diásporas de um povo sem Estado na atualidade. Estima-se que aproximadamente de 2,5 a 3 milhões de curdos vivam fora de seu território histórico, sobretudo na Europa, América do Norte e, em menor escala, na América do Sul (Paniz, 2023).

Figura 1 - Mapa da população curda no Oriente-Médio



Fonte: Encyclopædia Britannica 2025

A diáspora curda é um fenômeno que não pode ser compreendido apenas como uma migração econômica ou voluntária. Ela está diretamente vinculada aos processos de opressão sistemática, guerras, genocídios, perseguições políticas e deslocamentos forçados. Durante os períodos mais sombrios do século XX, como as campanhas de arabização no Iraque, os massacres em Dersim na Turquia e, mais recentemente, os ataques do Estado Islâmico (EI) na Síria e no Iraque, milhares de famílias curdas foram obrigadas a abandonar suas terras na busca por segurança e dignidade (Campello, 2020; Paniz, 2023).

Na Europa, a Alemanha é o principal destino, abrigando a maior comunidade curda fora do Oriente Médio. Este fenômeno se intensificou durante os anos 1980 e 1990, em decorrência da guerra civil contra o PKK na Turquia e das repressões no Iraque sob o regime de Saddam Hussein. Além da Alemanha, França, Suécia, Bélgica,

Reino Unido, Suíça e Noruega também possuem comunidades curdas altamente organizadas. Nessas nações, os curdos não apenas preservam suas tradições culturais, como também se inserem no debate político local, elegendo representantes, formando partidos, organizações não governamentais (ONGs) e realizando mobilizações massivas em defesa dos direitos humanos (Özcan, 2012; Campello, 2020).

Na América do Norte, Canadá e Estados Unidos tornaram-se refúgios importantes, especialmente para acadêmicos, jornalistas, ativistas e refugiados políticos. As comunidades curdas nesses países têm exercido papel fundamental na construção de uma rede internacional de solidariedade, com forte presença em universidades, centros de pesquisa e organizações internacionais de direitos humanos. Essa rede também funciona como um canal para influenciar decisões de política externa, especialmente nos EUA, sobre os rumos da política no Oriente Médio, como observado no apoio aos curdos sírios durante o combate contra o Estado Islâmico (Oakes, 2025).

No Brasil, ainda que a comunidade curda seja pequena, ela tem presença significativa, sobretudo nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. Aqui, os curdos atuam não só na preservação de sua cultura, mas também na promoção de palestras, seminários e atividades que visam sensibilizar a sociedade brasileira para a causa curda e para os temas relacionados aos direitos dos povos sem Estado. Essa atuação se dá em parceria com universidades públicas, movimentos sociais e organizações de refugiados (Paniz, 2023; Campello, 2020).

1.1 O CURDISTÃO NO PERÍODO OTOMANO

O território historicamente habitado pelo povo curdo foi incorporado ao Império Otomano em 1514, após a vitória otomana sobre a Pérsia Safávida na Batalha de Chaldiran. Esse evento marcou o início de uma relação peculiar entre o Estado otomano e os curdos, baseada em uma lógica de autonomia local em troca de lealdade política e militar ao sultão. Diferentemente de outras populações sob domínio otomano, os curdos conseguiram manter durante séculos uma relativa autonomia administrativa, cultural e militar (Bertonha, 2012).

A estrutura político-administrativa dos curdos dentro do império era centrada nos emirados curdos, unidades políticas quase independentes, governadas por

dinastias locais que exerciam controle sobre os assuntos internos. Esses emirados eram responsáveis pela cobrança de impostos, pela administração da justiça local e pela defesa do território contra ameaças externas, principalmente contra os persas e outras potências regionais. Em contrapartida, deveriam garantir sua lealdade ao sultão e apoiar militarmente o império quando convocados (Sochaczewski, 2013).

Essa autonomia permitiu que os curdos preservassem suas estruturas sociopolíticas, sua língua, seus costumes e práticas religiosas, dentro de uma lógica de governança descentralizada. A sociedade curda era fortemente estruturada em clãs e tribos, com lideranças locais que administravam questões civis, econômicas e de segurança. A economia dos emirados era predominantemente agropastoril, complementada por atividades comerciais em rotas que ligavam o Oriente Médio à Ásia Central e ao Mediterrâneo (Paniz, 2023).

Culturalmente, os curdos mantiveram uma produção literária oral riquíssima, celebrando seus heróis, suas epopeias e transmitindo seus valores tradicionais através de gerações. Essa estabilidade, no entanto, estava condicionada ao equilíbrio político interno do império, que começou a se desgastar progressivamente a partir do século XIX (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

1.2 DECLÍNIO DO IMPÉRIO OTOMANO E IMPACTO SOBRE OS CURDOS

O século XIX foi particularmente desafiador para o Império Otomano, que enfrentava uma série de derrotas militares, crises econômicas, movimentos nacionalistas internos e crescentes intervenções europeias. As chamadas Guerras Balcânicas, a perda de territórios no norte da África e o avanço russo no Cáucaso desgastaram enormemente a capacidade militar e financeira do império (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

Nesse contexto, as autoridades otomanas lançaram uma série de reformas conhecidas como Tanzimat (1839–1876), que visavam modernizar e centralizar a administração imperial, padronizar os sistemas jurídico e fiscal, além de criar uma cidadania otomana que unificasse os diferentes povos sob o domínio turco. Contudo, essas reformas, ao invés de integrarem harmonicamente as minorias, foram percebidas por muitos grupos, incluindo os curdos, como ameaças diretas às suas autonomias históricas (Paniz, 2023; Öcalan, 2008).

O processo de centralização teve efeitos devastadores sobre os emirados curdos. O governo otomano, buscando enfraquecer as lideranças locais e consolidar

seu controle, promoveu intervenções militares que levaram à destruição de vilarejos, à deportação de famílias inteiras e ao exílio de líderes tribais e das famílias emirais. As estruturas de poder curdas, que por séculos haviam garantido estabilidade local, foram sistematicamente desmontadas (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

Além da repressão militar, a imposição de políticas linguísticas, administrativas e fiscais agravou o ressentimento curdo. O povo curdo foi privado de suas instituições tradicionais, e a cultura local começou a sofrer um processo de marginalização dentro do império. Esse cenário, longe de anular o sentimento de pertencimento curdo, fortaleceu o surgimento de uma consciência nacional moderna, baseada não apenas em laços tribais, mas também em projetos políticos de autonomia e independência (Paniz, 2023; Öcalan, 2008).

1.3 O SURGIMENTO DO NACIONALISMO CURDO

O vácuo político e social deixado pelo desmantelamento dos emirados abriu espaço para a emergência dos primeiros movimentos nacionalistas curdos no final do século XIX. Entre os principais líderes desse período destaca-se Sheik Ubeydullah, que, em 1880, organizou uma insurreição de grande escala, buscando estabelecer um Curdistão independente. Sua revolta foi uma das primeiras manifestações claras de um projeto nacional curdo, ultrapassando os interesses puramente tribais (Paniz, 2023).

Sheik Ubeydullah chegou a controlar vastas regiões do Curdistão, tanto sob domínio otomano quanto persa, antes de ser derrotado por uma coalizão entre as forças do Império Otomano e da Pérsia. Sua captura e exílio marcaram simbolicamente a transição de uma resistência baseada em estruturas feudais para um movimento nacional moderno, com inspiração nas correntes nacionalistas que surgiam em todo o império (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

Paralelamente à luta armada, surgiram movimentos culturais e políticos nas cidades, especialmente em Istambul e nas capitais europeias, onde membros da elite curda no exílio começaram a articular uma identidade nacional. Publicações como o jornal “O Curdistão”, lançado em 1898, tornaram-se marcos da imprensa curda moderna. Escrito no dialeto curmanji, esse jornal circulava clandestinamente dentro do império e abertamente nas comunidades curdas da diáspora, defendendo não só o reconhecimento dos direitos culturais, mas também a construção de um Curdistão autônomo (Paniz, 2023).

As elites curdas urbanizadas se dividiam entre dois projetos: uma parte defendia reformas dentro do próprio império, buscando uma maior autonomia cultural e administrativa; outra, mais radicalizada, começava a defender abertamente a ideia de um Estado curdo independente. Essa tensão refletia tanto o medo da repressão otomana quanto a dificuldade de comunicação entre as elites e as populações curdas rurais, ainda muito ligadas às estruturas tribais (Öcalan, 2008; Paniz, 2023).

A eclosão da Primeira Guerra Mundial, combinada com o colapso definitivo do Império Otomano, abria caminho para que essas aspirações ganhassem novo fôlego no início do século XX, com os curdos buscando, pela primeira vez, formalizar sua autodeterminação no cenário internacional (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

1.4 A QUEDA DO IMPÉRIO E A OPORTUNIDADE PERDIDA

A derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial (1914–1918) representou não apenas o colapso de uma das mais antigas e vastas estruturas imperiais do mundo, mas também a reconfiguração total do Oriente Médio. Com o fim do conflito, os territórios anteriormente sob controle otomano foram repartidos entre as potências vencedoras, especialmente o Reino Unido e a França, através de mandatos coloniais, desenhando artificialmente as fronteiras que moldariam os Estados-nação modernos da região (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

Para os curdos, esse cenário pareceu, inicialmente, uma oportunidade histórica de conquistar, finalmente, sua autodeterminação. A promessa feita pelos aliados, que estimularam diversos grupos étnicos e religiosos a se revoltarem contra os otomanos durante a guerra, incluía a garantia de autonomia, e até mesmo independência, aos povos não turcos do império em colapso (Paniz, 2023).

Esse compromisso foi formalizado no Tratado de Sèvres, assinado em 10 de agosto de 1920. O documento, além de desmembrar o Império Otomano, previa a criação de mandatos para os territórios árabes e oferecia dispositivos legais que poderiam conduzir à criação de um Estado curdo. Os artigos 62 a 64 do tratado são particularmente emblemáticos, pois reconheciam explicitamente o direito dos curdos a estabelecerem uma administração autônoma, com a possibilidade de evoluir para a independência, caso fosse da vontade da maioria da população curda nas áreas definidas (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

Figura 2 - Disposições do Tratado de Sèvres para um Curdistão independente em 1920



Fonte: Wikipedia (2011)

O artigo 62 previa a formação de uma comissão internacional que elaboraria, no prazo de seis meses, um esquema de autonomia local para as regiões curdas situadas ao norte da Mesopotâmia. O artigo 63 reforçava que a Turquia deveria aceitar essas decisões. Por fim, o artigo 64 estabelecia que, se após um ano, a população curda dessas regiões manifestasse o desejo pela independência, essa solicitação deveria ser encaminhada à Liga das Nações, que então reconheceria o novo Estado (Bertonha, 2012).

Entretanto, o espírito de autodeterminação prometido pelos europeus aos curdos e a outros povos não passava de um instrumento político circunstancial. Na prática, os interesses expansionistas do Reino Unido e da França falaram mais alto. Ambos os impérios estavam mais interessados na divisão dos recursos energéticos e na manutenção de rotas estratégicas do que no real cumprimento das promessas feitas aos povos da região (Sochaczewski, 2013; Paniz, 2023).

A região curda foi repartida sem a participação dos próprios curdos, com parte de seu território sendo anexada aos mandatos britânico no Iraque e francês na Síria, enquanto o restante permaneceu sob controle da nascente República da Turquia e do Irã. A promessa de um “Curdistão unido” se desfez diante dos jogos de poder entre

as potências coloniais e o fortalecimento do nacionalismo turco (Bertonha, 2012; Paniz, 2023).

1.5 O TRATADO DE LAUSANNE E A FRAGMENTAÇÃO DEFINITIVA

A resistência do movimento nacionalista turco, liderado por Mustafa Kemal Atatürk, aliado à fragilidade dos acordos de Sèvres, levou à renegociação dos termos impostos ao antigo Império Otomano. As potências europeias, temendo a instabilidade na região e pressionadas por seus próprios interesses econômicos e estratégicos, aceitaram renunciar às cláusulas que favoreciam à autodeterminação curda (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

O resultado foi o Tratado de Lausanne, assinado em julho de 1923. Esse novo acordo, ao contrário do anterior, não mencionava os curdos em nenhum de seus artigos. Reconheceu formalmente a soberania da República da Turquia dentro das fronteiras atuais e consolidou a divisão do Curdistão entre quatro estados: Turquia, Irã, Iraque e Síria (Bertonha, 2012; Paniz, 2023).

A assinatura de Lausanne representou o apagamento jurídico internacional da questão curda. Nenhum direito político, cultural ou territorial foi concedido aos curdos. Além disso, os curdos sequer foram convidados ou incluídos nas negociações, conduzidas exclusivamente entre as potências coloniais e a representação turca. A ausência de voz curda no processo selou seu destino como uma das maiores nações sem Estado do século XX (Sochaczewski, 2013; Paniz, 2023).

Para os nacionalistas turcos, o tratado foi visto como uma vitória absoluta. Consolidava-se, assim, o modelo de Estado-nação homogêneo, baseado na imposição da identidade turca sobre as diversas etnias do antigo império. Para os curdos, Lausanne simbolizou a fragmentação definitiva de seu território, a perda da chance de formar um Estado soberano e o início de um século de repressões, marginalizações e lutas por reconhecimento (Bertonha, 2012; Paniz, 2023).

1.6 IMPACTOS GEOPOLÍTICOS E MEMÓRIA HISTÓRICA

O impacto da substituição do Tratado de Sèvres pelo Tratado de Lausanne moldou profundamente o destino do povo curdo ao longo de todo o século XX e permanece como uma ferida aberta até os dias atuais. A criação dos Estados modernos da Turquia, Irã, Iraque e Síria, todos contendo significativas populações

curdas dentro de suas fronteiras, resultou em mais de cem anos de políticas de repressão, negação da identidade curda, campanhas de assimilação forçada, deslocamentos e genocídios (Paniz, 2023; Campello, 2020).

A memória do Tratado de Sèvres continua viva na consciência coletiva curda como o primeiro e único documento internacional que reconheceu formalmente, ainda que de forma parcial e não implementada, o direito do povo curdo à autodeterminação. Nas narrativas políticas, culturais e acadêmicas curdas contemporâneas, Sèvres é frequentemente citado como símbolo de uma promessa traída, enquanto Lausanne representa a institucionalização da opressão e da fragmentação (Paniz, 2023).

Além disso, a condução da diplomacia europeia nesse período é objeto de duras críticas tanto de historiadores quanto de lideranças curdas contemporâneas. A lógica imperialista, os interesses estratégicos em torno do petróleo do Oriente Médio e o desejo de manter zonas de influência fizeram com que as potências ocidentais privilegiassem acordos com os Estados-nação emergentes, em detrimento dos direitos dos povos sem Estado, como os curdos (Bertonha, 2012; Sochaczewski, 2013).

Esse processo estabeleceu as bases para os principais conflitos contemporâneos envolvendo o povo curdo. As fronteiras traçadas nas mesas de negociações europeias continuam sendo contestadas, não só pelos curdos, mas também por outras minorias afetadas pelas decisões arbitrárias desse período. A luta atual dos curdos na Turquia, na Síria, no Iraque e no Irã é, em grande medida, a continuação direta das consequências políticas e territoriais originadas do fracasso das promessas contidas no Tratado de Sèvres e da imposição do Tratado de Lausanne (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Portanto, compreender esse episódio histórico não é apenas um exercício acadêmico, mas uma chave fundamental para interpretar os desafios geopolíticos do Oriente Médio no século XXI e os embates contemporâneos em torno da autodeterminação, das fronteiras e dos direitos das nações sem Estado.

2 O CURDISTÃO TURCO

A situação do povo curdo na Turquia permanece uma das mais complexas e sensíveis da atual geopolítica do Oriente Médio. Mesmo após décadas de tentativas de resistência armada, negociações de paz e manifestações políticas institucionais, o Estado turco continua a adotar uma postura de negação da identidade curda, criminalização dos movimentos políticos e repressão sistemática das demandas por autonomia, direitos culturais e participação democrática (Özcan, 2012; Paniz, 2023).

Sob o governo de Recep Tayyip Erdoğan, especialmente após as eleições gerais de 2023, a situação dos curdos na Turquia agravou-se consideravelmente. Apesar dos discursos pontuais que sinalizam para o diálogo, na prática o governo reforçou a repressão, ampliando as perseguições políticas, os bloqueios institucionais e as ofensivas militares nas regiões de maioria curda no sudeste do país (BBC, 2025).

2.1 A REPÚBLICA TURCA E O CURDISTÃO

Com a fundação da República em 1923, surgiu um novo sistema de Estado-nação turco que excluía qualquer entidade curda. Esse sistema foi liderado por Mustafa Kemal, o primeiro presidente e principal figura na proclamação e fundação da República Turca em 1922. Kemal obteve significativa aceitação popular e avançou rapidamente em reformas por meio de estratégias diplomáticas. Os pilares de sua política para a criação da nação turca incluíam, além do fator territorial, uma língua comum e uma história compartilhada. Nesse contexto, ele implementou uma política de assimilação dos curdos, fundamentada na doutrina de “um Estado, uma língua, uma religião”. Entre as primeiras medidas adotadas estavam a proibição do uso público e do ensino da língua curda, além do fechamento de escolas curdas, associações e instituições religiosas. O governo de Mustafa Kemal também proibiu nomes curdos, eventos culturais e a celebração de feriados locais, incluindo o grande feriado nacional curdo de Navroz, visando turquificar e eliminar a identidade curda. Desde 1925, os governos turcos negaram a existência da questão curda, afirmando: "Não há problema curdo, porque os curdos não existem" (Savran, 2022; Çifçi, 2019).

Outro ponto importante é que a "revolução kemalista", essencialmente uma revolução urbana, não conseguiu penetrar nas aldeias e, ainda mais, nas áreas montanhosas menos desenvolvidas do sudeste, onde predominavam os curdos. Assim, os curdos continuaram a viver em suas sociedades "pré-modernas", onde a

noção de laços nacionais era mais fraca do que os laços étnicos e religiosos tradicionais. A lentidão do Estado turco em disseminar a nova ética nacionalista turca no oeste do país favoreceu o surgimento de uma concepção nacionalista alternativa, que uniu os curdos em torno de seu laço linguístico, criando um oponente poderoso.

Além das ações assimilativas de Kemal, a abolição do Califado e a secularização do Estado foram outros fatores cruciais que instigaram revoltas entre os curdos, pois significaram a eliminação de uma estrutura de poder e dos privilégios dos senhores locais e sheiks curdos. Em seu livro "Uma História Moderna dos Curdos", David McDowall afirma que a abolição do califado preparou o terreno para o desmembramento do último vínculo ideológico entre turcos e curdos. Enquanto a República Turca estabelecia o secularismo religioso como norma, os povos curdos viam a religião como parte essencial de sua cultura e identidade.

Como consequência, ocorreram grandes revoltas, incitadas por líderes locais e chefes tribais, como a famosa Rebelião de Sheikh Said. Este líder religioso convocou o povo curdo a se insurgir contra a abolição do califado e o fechamento dos centros religiosos curdos pelo governo de Kemal. Ele também denunciou práticas do Estado que, de acordo com ele, levavam à "irreligiosidade", gerando um impacto significativo entre os chefes tribais e os curdos da região. Após os primeiros sinais de rebelião no sudeste do país, o governo decidiu prender notáveis curdos, incluindo o Sheikh Said, mas encontrou resistência das milícias leais a ele, que repeliram os soldados. Esse confronto marcou o início da rebelião, que rapidamente se espalhou pela região. Inicialmente lutando em nome do Islã, o Sheikh Said acabou transformando a insurreição em uma luta pela identidade curda (Savran, 2022; Çifçi 2019).

As forças rebeldes curdas obtiveram sucessos iniciais, capturando cidades e aumentando suas tropas, mas enfrentaram uma forte contraofensiva turca. O exército turco desmantelou a rebelião em poucas semanas, resultando na captura e execução do Sheikh Said e de muitos de seus seguidores. Em resposta, o governo kemalista apresentou esse movimento curdo como uma revolta religiosa reacionária que visava a reconstituição do califado, alegando que slogans religiosos tinham sido utilizados durante a insurreição. Contudo, é importante destacar que a participação não era apenas religiosa, mas também nacionalista. Apesar da massiva participação, não foi possível criar uma frente pan-nacional com planos e estratégias claras. A revolta provocou uma reação extremamente dura do governo kemalista, e foi sufocada, resultando em operações militares na região, onde milhares de aldeias foram queimadas e destruídas, e muitos curdos foram massacrados. Relatos indicam que

280 aldeias foram incendiadas e mais de 2.000 curdos mortos em apenas um mês (Savran,2022; Çifçi,2019).

Outras revoltas, como a Revolta do Ararat, que ocorreu entre 1926 e 1930 nas encostas do Monte Ararat, também enfrentaram um destino semelhante. Essa insurreição proclamou a República Curda do Ararat em 1927. Os curdos possuíam um bom domínio do terreno acidentado, o que lhes conferia uma vantagem tática sobre o exército turco, permitindo um breve período de paz. No entanto, em 1930, a insurreição foi esmagada pelo exército turco, que promoveu uma repressão severa, levando à destruição de vilarejos e à repressão de movimentos opositores. Embora a revolta tenha sido breve, sua intensidade e consequências ainda reverberam nos movimentos curdos, influenciando as aspirações nacionalistas em outros países com populações curdas (Savran,2022; Çifçi,2019).

O novo governo turco continuou a adotar uma postura de negação da história, identidade e língua curda, buscando provar a falácia de que os curdos eram, na verdade, turcos, através de estudos acadêmicos. Na década de 1930, sob a influência do fascismo que se espalhava pelo mundo, o regime kemalista lançou várias teorias pseudocientíficas, como a teoria da linguagem solar e a tese da história turca, que negavam a história e a língua curda como algo distinto da turca. Os curdos passaram a ser considerados turcos, e o idioma curdo foi rotulado como um "dialeto".

Durante essa década, para incentivar a "turquificação", o governo turco atribuiu aos governadores funções específicas, solicitando que a assimilação fosse acelerada. As diretrizes incluíam determinar os nomes e populações das aldeias que falavam dialetos estrangeiros, distribuir os menores dessas aldeias entre as aldeias turcas vizinhas e impedir a formação de novas comunidades curdas. Funcionários públicos deveriam ser eleitos entre turcos que não falassem dialetos estrangeiros, e a promoção do turco deveria ser incentivada, especialmente entre as mulheres. Tradicionalmente, roupas, canções, jogos e costumes são laços que mantêm os sentimentos nacionais vivos. Assim, as tradições curdas foram consideradas prejudiciais, e houve uma tentativa de traduzir nomes e sobrenomes curdos para o turco.

O governo turco fez de tudo para evitar o uso das palavras "curdo" e "curdos", optando por codificá-los como "aqueles que não falam turco" e o curdo como um "dialeto estrangeiro". Outra estratégia de assimilação foi encorajar casamentos entre mulheres turcas e homens curdos, garantindo que as crianças nascessem falando turco (Savran,2022; Çifçi,2019).

Ao longo dessa década, as políticas de negação, destruição e assimilação continuaram trabalhando intensamente. Em um relatório de 1936, o governo afirmava que a taxa de crescimento da população curda na região estava em níveis "perigosos", expressando preocupação com a minoria turca na região e sugerindo a assimilação como solução. O governo determinou que funcionários públicos nunca deveriam falar curdo e, se necessário, deveriam trazer tradutores não funcionários. Penalidades materiais e morais foram aplicadas contra aqueles que falassem curdo, com o objetivo final de uma assimilação total. Também houve uma grande colonização de imigrantes turcos nas regiões predominantemente curdas, acompanhada de professores para disseminar o nacionalismo turco. Internatos foram criados para crianças curdas, com currículos focados no nacionalismo turco, e centros comunitários foram fortalecidos para promover a leitura de jornais e revistas turcas (Savran,2022; Çifçi,2019).

Esse período de assimilação forçada se estendeu por toda a década, e os turcos consolidaram seu domínio com políticas cada vez mais intensificadas, resultando no desaparecimento das condições que permitiriam uma insurreição geral dos curdos em busca de independência. Contudo, na província de Dersim, uma resistência cultural persistia, tornando-se um dos últimos redutos curdos, relativamente isolado do restante da Turquia. Em 1935, o governo turco viu uma oportunidade ideal para realizar uma repressão em Dersim, promulgando a "Lei de Dersim", que conferia plenos poderes ao governador militar da região, incluindo a pena de morte para qualquer um que se rebelasse. As forças militares receberam permissão secreta para cometer violações contra a população local, como violência sexual contra mulheres curdas (Savran,2022; Çifçi,2019).

Graças a essas e outras violações, várias manifestações ocorreram. A região então foi cercada pelo exército e o conflito contra os civis se intensificou, resultando na morte de milhares de civis sob o pretexto de combater "bandidos". Embora as autoridades alegassem que a operação visava líderes tribais reacionários, documentos secretos revelam que o objetivo era a aniquilação de toda a população Dersimi. Estima-se que entre 10.000 e 13.160 civis tenham sido mortos, com relatos de uso de gás venenoso e queima de pessoas vivas. A campanha militar, marcada por violência extrema e deportações, deixou um rastro de destruição, incluindo o extermínio de mulheres e crianças. Testemunhos de soldados confirmam ordens de massacre indiscriminado, refletindo uma brutalidade semelhante à perpetrada contra os armênios durante a Primeira Guerra Mundial. A falta de documentação acessível e o medo entre os soldados dificultam a plena compreensão do horror que se abateu

sobre Dersimi, mas os dados disponíveis indicam um genocídio sistemático e devastador (Savran,2022; Çifçi,2019).

As principais razões para o insucesso das revoltas curdas deram-se pela falta de uma ideologia nacionalista abrangente que unisse todos os curdos em torno de um objetivo comum. Além disso, as diferenças religiosas representaram um ponto de atrito. A mentalidade localista, faccionalismo e dogmatismo religioso foram obstáculos significativos. Murat Karayilan em seu livro "Anatomia de uma guerra, Linha Militar no Curdistão" (2014), aponta a falta de avaliação correta da situação, incapacidade de previsão, falta de conexão com o mundo exterior e ausência de uma liderança capaz como causas principais.

Essa falta de união e a superioridade militar do Estado turco permitiram que as políticas genocidas continuassem fazendo com que milhares de curdos fossem exilados e distribuídos por várias províncias do oeste turco. Uma política de rápida assimilação para "dissolvê-los na Turquia" continuou. Em maio de 1960, a Turquia sofreu um novo golpe militar nacionalista, que instituiu um novo governo e deu continuidade a uma série de relatórios, leis e decretos que mantinham as políticas de negação e assimilação, com objetivos como alterar a demografia da região curda em favor da população turca, incentivando a migração de curdos para outras áreas do país e cortando laços entre curdos na Turquia e seus irmãos em países vizinhos (Savran, 2022; Çifçi, 2019).

A continuidade da implementação de escolas regionais para promover a assimilação cultural e a informação à comunidade internacional sobre a inexistência da questão curda na Turquia foram também prioridades. O governo estabeleceu um Instituto de Turcologia para reforçar a narrativa de que as origens dos curdos eram turcas, promovendo pesquisas e publicações que sustentassem essa visão. Assim, o governo turco adotou uma política de que não havia curdos no país, mas apenas pessoas que "pensavam que eram curdos, mas que na verdade eram turcos"(Savran, 2022; Çifçi, 2019).

2.2 ABDULLAH ÖCALAN E O PKK: DA LUTA ARMADA AO CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO

O Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) é uma organização política e militar que desempenha um papel crucial na luta pela autodeterminação do povo curdo e na resistência contra a opressão, especialmente no contexto da Turquia. Desde sua

fundação, o PKK passou por transformações profundas, que moldaram não apenas a trajetória do movimento curdo, mas também a própria geopolítica do Oriente Médio nas últimas quatro décadas (Öcalan, 2008; Paniz, 2023).

Fundado em 1978 por Abdullah Öcalan, inicialmente como um movimento marxista-leninista com forte inspiração na luta anti-imperialista, o PKK tinha como objetivo central a criação de um Estado curdo independente no sudeste da Turquia. Esta proposta surgia como reação direta às décadas de repressão cultural, política e social contra os curdos dentro da Turquia, que sistematicamente negava sua identidade, sua língua e seus direitos básicos (Özcan, 2012; Campello, 2020).

Nos primeiros anos, o PKK adotou uma estratégia de luta armada, mobilizando a juventude curda, especialmente nas áreas rurais e montanhosas, para travar uma guerra de guerrilha contra o Estado turco. Öcalan, antes admirador de Mustafa Kemal Atatürk, só tomou consciência da opressão curda durante seus anos na universidade, quando percebeu que, apesar de ser curdo, dominava melhor o turco do que sua própria língua materna. Esse processo de tomada de consciência levou-o a afirmar: “Qualquer povo que exija seu direito à autodeterminação e que lute contra um regime colonial e racista como o da Turquia tem todo o direito de pegar em armas” (Öcalan, 2008).

A escalada do conflito se intensificou particularmente após o golpe militar na Turquia em 1980, apoiado pelos Estados Unidos. Este golpe instaurou uma ditadura militar ultranacionalista que aplicou uma repressão brutal contra movimentos de esquerda e, especialmente, contra os curdos. Milhares de pessoas foram presas, torturadas ou executadas, gerando o ambiente ideal para o fortalecimento da resistência armada liderada pelo PKK (Özcan, 2012; Campello, 2020).

No entanto, a partir da década de 1990, após perdas militares e reflexões profundas sobre a eficácia da luta armada, a visão de Öcalan começou a se transformar. Influenciado por intelectuais como Murray Bookchin, e pela análise crítica dos limites do modelo de Estado-nação, Öcalan passou a defender que a liberdade dos povos não poderia ser alcançada por meio da construção de um Estado, mas sim através de formas alternativas de organização social (Öcalan, 2018).

Essa mudança paradigmática levou à formulação do conceito de confederalismo democrático, que rejeita o Estado-nação, a centralização e o patriarcado, e defende um modelo baseado na democracia direta, na ecologia social e na libertação das mulheres. Para Öcalan, os Estados-nação são construções

coloniais que alimentam o capitalismo e o patriarcado, tornando-se instrumentos de exploração e de destruição da diversidade cultural (Öcalan, 2018).

A captura de Abdullah Öcalan, em 1999, foi um episódio que marcou profundamente a história do PKK e do movimento curdo. Após anos abrigados na Síria, sob pressão da Turquia, que ameaçava intervenção militar, Öcalan foi forçado a deixar o país. Passou por Rússia, Itália e Grécia, até ser sequestrado em Nairobi, no Quênia, numa operação que envolveu serviços de inteligência da Turquia, com suspeitas de apoio logístico dos EUA e de Israel — embora estes tenham negado formalmente envolvimento (Heller, 2017; Campello, 2020).

O sequestro de Öcalan gerou uma onda global de protestos, especialmente na Europa, onde consulados e embaixadas foram ocupados por militantes curdos. Em Berlim, quatro manifestantes curdos foram mortos pela polícia alemã durante uma dessas ações, o que escancarou o quanto a luta curda era internacionalizada, mas também marginalizada pelo sistema internacional (Heller, 2017; Paniz, 2023).

Figura 3 - Imigrantes da comunidade curda seguram cartazes e bandeiras com a imagem de Abdullah Öcalan durante um protesto pela sua libertação, realizado em Londres no dia 1º de dezembro de 2024.



Fonte: jacobin.com.br (2024)

Condenado à morte por traição e tentativa de divisão da Turquia, Öcalan teve sua sentença comutada para prisão perpétua após a abolição da pena de morte na Turquia em 2002. Desde então, permanece encarcerado na prisão de segurança máxima da ilha de Imrali, de onde, apesar do isolamento, segue sendo a principal referência ideológica e política do movimento (Öcalan, 2008; 2018).

Durante sua prisão, Öcalan elaborou profundamente a teoria do confederalismo democrático. Inspirou-se tanto na organização social tradicional do Curdistão, baseada em aldeias, clãs e federações tribais, quanto nas ideias libertárias de autogestão comunitária. Assim, propôs um modelo que rejeita os paradigmas coloniais e ocidentais do Estado-nação, priorizando a criação de uma “Nação Democrática”, sem fronteiras fixas, composta por comunidades autônomas que se regem por princípios de solidariedade, democracia direta e equidade de gênero (Öcalan, 2018).

Esse projeto também passou a questionar radicalmente o patriarcado. A análise de Öcalan sobre o papel histórico da opressão feminina levou à formulação de um paradigma antipatriarcal, no qual a libertação das mulheres não é apenas um objetivo, mas um princípio estruturante da própria transformação social. Isso levou à criação de estruturas políticas exclusivamente femininas, como o Partido das Mulheres Livres do Curdistão, bem como forças de autodefesa femininas e tribunais de justiça com enfoque específico na questão de gênero (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Entre 2002 e 2005, o movimento curdo viveu um período de intensa reorganização. O PKK chegou a ser dissolvido e substituído por outras siglas, como o KADEK e o Kongra-Gel, mas logo foi refundado, mantendo sua identidade histórica, mas agora alinhado ao novo paradigma político (Öcalan, 2008). Em 2005, foi formalmente criada a estrutura do KCK (Koma Civakên Kurdistanê – Grupo de Comunidades do Curdistão), que serve como uma confederação que articula não apenas o PKK, mas também outros partidos irmãos no Curdistão sírio (PYD), no Irã (PJAK) e nas diásporas na Europa e em outros continentes (Öcalan, 2018).

O KCK não representa uma nação no sentido ocidental, mas uma entidade histórico-cultural, política e ecológica, baseada na convivência de diferentes grupos étnicos e religiosos, unidos pelo princípio da democracia radical. Öcalan, mesmo preso, permanece como presidente simbólico desse projeto, cuja condução prática é realizada por um conselho executivo (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

Essa transformação, no entanto, não se deu sem resistências internas. Entre 2003 e 2004, uma ala ligada ao irmão de Öcalan tentou desviar o movimento de seu novo rumo ideológico, propondo o retorno à luta puramente nacionalista e ao modelo de Estado. Essa tentativa, apoiada informalmente pelos EUA, fracassou, levando ao fortalecimento definitivo do modelo do confederalismo democrático (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

Nos anos seguintes, o modelo do PKK e do KCK foi implementado em diversas frentes. No campo de refugiados de Mexmûr, no Iraque, desde 1995, esse modelo

funciona como um laboratório de autogestão. Na Turquia, o movimento ampliou sua participação política institucional, elegendo representantes e conquistando municípios. Finalmente, em Rojava, no norte da Síria, a partir de 2013, a proposta foi plenamente aplicada, resultando na construção de uma sociedade multiétnica, baseada nos princípios do confederalismo democrático (Paniz, 2023).

Apesar disso, o Estado turco, sob o governo do AKP, continua aplicando políticas sistemáticas de repressão, ocupação e destruição contra qualquer avanço da organização curda. A nomeação de administradores no lugar de prefeitos eleitos, a prisão de deputados e líderes políticos, e o fechamento de instituições civis fazem parte de uma estratégia de guerra que, embora disfarçada de medidas legais, perpetua a lógica do massacre histórico, como o ocorrido no Massacre de Zilan², que segue sendo uma ferida aberta na memória coletiva curda (Paniz, 2023).

O pesquisador Fouad Oveysy observa com clareza que esse novo paradigma implementado pelo PKK e idealizado por Öcalan representa uma ruptura epistemológica com a lógica do colonialismo e do Estado-nação.

Para Oveysy:

“O poder e a legitimidade não derivam do reconhecimento pelo sistema estatal internacional, mas da convivência e da separação do Estado. O quadro híbrido de Öcalan não é apenas um modelo de redistribuição econômica e política, mas também redistribui a sensibilidade de complexos ideológicos persistentes, como a colonização de territórios, abrindo espaço para novas lutas emancipatórias” (Oveysy, *Revolution and Counterrevolution in Rojava* Acesso em: 18jun2025. Disponível em: <https://socialistproject.ca/2019/10/revolution-and-counterrevolution-in-rojava/>).

Portanto, a trajetória de Abdullah Öcalan e do PKK transcende a narrativa de uma simples organização insurgente. Trata-se da construção de um projeto civilizacional alternativo, profundamente enraizado na resistência contra o colonialismo, o patriarcado e o capitalismo, oferecendo ao mundo um modelo possível de convivência, de democracia radical e de justiça social.

¹ _____

² O **Massacre de Zilan** foi um evento brutal ocorrido em 13 de julho de 1930, durante a supressão da **Rebelião de Ararate**, uma insurreição curda contra o Estado turco. Milhares de curdos, incluindo civis desarmados, foram mortos pelas forças turcas no Vale de Zilan (atual província de Van). Este massacre é um capítulo sombrio na história curda e turca, sendo frequentemente citado como um exemplo da política de repressão de minorias e continua a ser um ponto de discórdia e um símbolo das tensões históricas entre curdos e o Estado turco.

2.3 A CRIMINALIZAÇÃO DOS PARTIDOS PRÓ-CURDOS: O CASO DO HDP

Um dos principais alvos da repressão estatal tem sido o Partido Democrático dos Povos (HDP), a principal força política curda na Turquia. Desde sua fundação, o HDP se destacou por defender não apenas os direitos do povo curdo, mas também das mulheres, dos trabalhadores, das minorias religiosas e de diversos grupos marginalizados. Sua proposta de construção de uma “nação democrática” pluralista, baseada no confederalismo democrático de Abdullah Öcalan, representava uma ameaça direta ao nacionalismo turco (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

A partir de 2016, com o endurecimento do governo Erdoğan, o HDP sofreu uma escalada de perseguições. Centenas de prefeitos eleitos foram destituídos e substituídos por administradores nomeados pelo governo central. Esses administradores, geralmente ligados ao partido governista AKP, não apenas desmantelaram políticas públicas voltadas para a cultura e a língua curda, como também reprimiram manifestações e movimentos sociais organizados pelos curdos (BBC, 2025; G1, 2025).

As lideranças do partido, incluindo Selahattin Demirtaş, candidato à presidência da Turquia e reconhecido internacionalmente por sua luta pacífica, foram presas sob acusações de terrorismo, frequentemente baseadas em provas frágeis ou distorcidas. Organismos internacionais, como a Corte Europeia de Direitos Humanos, chegaram a exigir a libertação de Demirtaş, mas a decisão foi ignorada pelo governo turco (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

O processo de criminalização também se refletiu no sistema judiciário, que atuou como instrumento de repressão política. Centenas de processos judiciais foram abertos contra membros do HDP, e há constantes ameaças de proibição completa do partido, sob a acusação de vínculos com o PKK (BBC, 2025).

2.4 O PROTAGONISMO DAS MULHERES CURDAS NA RESISTÊNCIA

A resistência curda na Turquia não pode ser compreendida sem reconhecer o papel central das mulheres. Influenciadas pela teoria do confederalismo democrático de Öcalan, que coloca a libertação das mulheres como eixo central da libertação social, milhares de mulheres curdas se organizaram tanto politicamente quanto militarmente (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

Na esfera política, o HDP implementou o sistema de copresidência, no qual todas as lideranças possuem uma dupla composição de gênero, garantindo paridade entre homens e mulheres. Esse modelo rompe com as estruturas patriarcais da política turca e serve de exemplo para movimentos progressistas em todo o mundo (Paniz, 2023).

No campo militar, as mulheres curdas também são protagonistas. Ainda que as Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ) sejam mais conhecidas no contexto sírio, na Turquia e nas regiões fronteiriças milhares de mulheres integram as forças do HPG (Forças de Defesa do Povo) e de outros braços armados vinculados ao movimento curdo. Elas participam não apenas das atividades militares, mas também da formulação de estratégias políticas, da educação popular e da defesa das comunidades contra as ofensivas do exército turco (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

Além da resistência armada, as mulheres curdas lideram movimentos culturais, educacionais e ecológicos, enfrentando não só o colonialismo estatal, mas também o patriarcado interno. Sua luta representa uma das expressões mais avançadas do feminismo no Oriente Médio, articulando as demandas por libertação nacional com a luta pela igualdade de gênero (Paniz, 2023).

2.5 A SITUAÇÃO ATUAL DOS CURDOS NA TURQUIA APÓS AS ELEIÇÕES DE 2023

As eleições de 2023 consolidaram a permanência de Erdoğan no poder, em um cenário marcado por denúncias de autoritarismo, censura e manipulação do sistema judiciário. Para a população curda, o processo eleitoral significou mais uma etapa da marginalização política. Partidos pró-curdos enfrentaram duras restrições, incluindo desqualificações de candidatos, prisões de lideranças e fechamento de sedes partidárias (G1, 2025).

O contexto pós-eleitoral intensificou a militarização das regiões curdas. Operações do exército turco, justificadas sob o pretexto de combate ao “terrorismo”, continuam a atingir não apenas membros do PKK, mas também civis, ativistas, jornalistas e políticos locais. Bombardeios, prisões arbitrárias, destruição de vilarejos e deslocamentos forçados permanecem como práticas recorrentes (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

Além disso, há uma crescente política de colonização demográfica, na qual populações turcas são incentivadas a se instalar nas regiões curdas, com o objetivo

de alterar a composição étnica local, estratégia que remonta às práticas de engenharia demográfica dos anos 1980 e 1990 (Özcan, 2012).

2.6 CENSURA, REPRESSÃO DIGITAL E PERSEGUIÇÃO À IMPRENSA CURDA

Nos últimos anos, a repressão digital tornou-se uma das frentes mais sofisticadas da política de controle e silenciamento do povo curdo na Turquia. Sob a justificativa de combate ao terrorismo, o governo Erdoğan implementou uma série de leis que permitem o bloqueio de sites, o rastreamento de usuários, a retirada de conteúdos e a prisão de indivíduos por publicações nas redes sociais (Oakes, 2025).

Plataformas como Twitter, YouTube, Facebook e até o WhatsApp foram temporariamente bloqueadas em várias ocasiões, especialmente durante operações militares nas regiões curdas. Sites de agências de notícias curdas, como ANF News e Rudaw, foram censurados, e seus jornalistas perseguidos, presos ou forçados ao exílio (BBC, 2025; G1, 2025).

Além da censura direta, o governo turco opera verdadeiros “exércitos digitais” compostos por bots, hackers e trolls que atuam para desinformar, difamar lideranças curdas e espalhar propaganda nacionalista. Essa guerra cibernética tem como objetivo não apenas sufocar a voz dos curdos, mas também moldar a opinião pública interna e internacional, retratando qualquer movimento curdo como terrorista ou extremista (Oakes, 2025; Marej; Hooda, 2020).

A perseguição à imprensa curda é sistemática. Jornalistas que trabalham em meios de comunicação alternativos, que cobrem temas como os direitos humanos, a violência do Estado e a resistência curda, são frequentemente acusados de “propaganda terrorista”. As prisões arbitrárias, o fechamento de jornais, revistas e rádios, bem como o assédio constante aos profissionais da mídia, tornaram-se práticas comuns (BBC, 2025).

Apesar dessas adversidades, a resistência digital curda permanece ativa. Grupos utilizam redes virtuais privadas (VPNs), plataformas descentralizadas, redes alternativas e protocolos de criptografia para driblar a censura. A produção de conteúdo em idiomas diversos — curdo, turco, inglês e francês — permite que a causa curda continue a ser difundida mundialmente, desafiando as tentativas do Estado turco de silenciar sua voz (Marej; Hooda, 2020; Paniz, 2023).

3 O CURDISTÃO IRAQUIANO

O Curdistão Iraquiano representa, atualmente, a experiência mais consolidada de autonomia política e administrativa do povo curdo no Oriente Médio. Essa autonomia, que começou a se desenhar a partir da década de 1990, após a imposição da zona de exclusão aérea pela coalizão liderada pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo, foi formalizada na Constituição do Iraque de 2005, reconhecendo oficialmente a Região Autônoma do Curdistão (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Entretanto, o processo de afirmação da autonomia curda no Iraque viveu seu momento mais crítico e ambicioso em 2017, quando o referendo pela independência do Curdistão Iraquiano foi realizado. Apesar de não ter força vinculante no cenário internacional, o pleito resultou em uma esmagadora maioria — aproximadamente 93% dos eleitores — votando a favor da independência. Este evento reacendeu as esperanças de soberania para os curdos, mas também provocou uma série de reações geopolíticas adversas que impactam a região até hoje (Paniz, 2023).

3.1 AS INSURREIÇÕES CURDAS NO IRAQUE (1961–1975) E O ACORDO DE ARGEL

O movimento nacional curdo no Iraque possui uma longa história de confrontos, negociações e traições, sendo as insurreições entre 1961 e 1975 um dos capítulos mais emblemáticos desse processo. A luta foi liderada principalmente pelo Partido Democrático Curdo (KDP), sob a liderança de Mustafa Barzani, que buscava garantir direitos de autonomia, reconhecimento cultural e controle sobre os territórios de maioria curda (Paniz, 2023).

A partir do final da década de 1960, após anos de confrontos armados entre os guerrilheiros curdos e as forças do governo iraquiano, Bagdá buscou implementar uma estratégia de negociação. Essa iniciativa culminou na assinatura do chamado Acordo de 11 de março de 1970, que prometia autonomia para o Curdistão iraquiano em até quatro anos. O acordo reconhecia, pela primeira vez, a existência de uma entidade administrativa curda dentro do Estado iraquiano, composta pelas províncias de Erbil, Suleimânia e Dahuk, com um conselho executivo próprio e um órgão legislativo eleito (Campello, 2020; Paniz, 2023).

Além da administração local, o acordo previa a oficialização da língua curda, que passaria a ter o mesmo status que o árabe nas instituições da região, e a sua introdução no sistema educacional. Essa foi a primeira vez, na história moderna do

Iraque, em que os contornos de uma entidade política curda foram traçados formalmente (Campello, 2020).

No entanto, apesar de, aparentemente, encerrar a revolta iniciada em 1961, o acordo teve aplicação parcial e logo começou a gerar descontentamento. Mustafa Barzani denunciou que o governo central havia delineado a região autônoma de forma a excluir deliberadamente áreas estratégicas e economicamente vitais, especialmente as ricas zonas petrolíferas, como Kirkuk, cuja anexação ao Curdistão deveria ser decidida mediante um censo populacional, conforme estipulado no próprio acordo (Paniz, 2023).

A tensão se agravou na virada da década de 1970, quando o regime liderado por Saddam Hussein iniciou uma política sistemática de arabização nas regiões petrolíferas e fronteiriças do Curdistão. Milhares de famílias curdas foram deslocadas à força e substituídas por famílias árabes, numa tentativa de alterar a composição étnica da região e reduzir as chances de uma futura consolidação da autonomia curda (Campello, 2020).

O episódio mais crítico ocorreu em 1971, quando Masoud Barzani, filho de Mustafa, sobreviveu a uma tentativa de assassinato, atribuída a agentes ligados ao regime de Saddam. A partir desse momento, as relações entre o KDP e Bagdá deterioraram-se drasticamente. Barzani e seus aliados denunciavam que o governo não havia cumprido as cláusulas essenciais do acordo, que excluía os curdos da participação no Conselho Revolucionário Iraquiano, negava representação ministerial e continuava promovendo o deslocamento forçado de populações curdas (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

Em 1973, Barzani apresentou um memorando de 23 pontos à liderança do partido Ba'ath, documentando uma série de violações: atentados contra lideranças curdas, bombardeios de vilarejos, tentativas de assassinato contra sua própria família, além de sequestros e perseguições. Em contrapartida, o governo iraquiano acusava Barzani de manter laços estreitos com Israel e Irã, exigindo como condição para qualquer diálogo a ruptura dessas relações, a entrega de armas pesadas e a dissolução das milícias curdas (Campello, 2020).

O fracasso nas negociações levou à deflagração de uma nova insurreição em 1974, à qual Bagdá respondeu com uma ofensiva militar massiva, resultando no deslocamento de cerca de 100 mil curdos para o Irã. Esse novo ciclo de guerra foi interrompido abruptamente em 1975, com a assinatura do Acordo de Argel entre o Iraque e o Irã.

No acordo, mediado pela Argélia, o Irã se comprometeu a encerrar o apoio logístico e militar aos curdos iraquianos, em troca de concessões territoriais nas disputas fronteiriças com o Iraque, especialmente no Shatt al-Arab, região estratégica para o controle das rotas fluviais. A assinatura do acordo foi um golpe devastador para a resistência curda. Isolados, sem apoio externo, os guerrilheiros foram rapidamente derrotados, e o movimento entrou em colapso temporário (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

O Acordo de Argel exemplifica, de forma contundente, como as potências regionais frequentemente instrumentalizaram a causa curda para atender seus próprios interesses estratégicos. O povo curdo, mais uma vez, foi vítima da diplomacia de cúpula entre Estados, que negociaram seu destino sem qualquer participação curda nas mesas de diálogo.

Esse episódio não apenas fortaleceu o autoritarismo de Saddam Hussein sobre a região curda nas décadas seguintes, como também reforçou a percepção histórica, amplamente presente na memória coletiva curda, de que a comunidade internacional e os atores regionais raramente agiram em favor dos direitos do povo curdo quando estes colidiam com seus próprios interesses geopolíticos (Paniz, 2023).

3.2 A CAMPANHA ANFAL: GENOCÍDIO, ARMAS QUÍMICAS E A CONSOLIDAÇÃO DA AUTONOMIA CURDA NO IRAQUE

Se a década de 1970 foi marcada por insurreições e acordos fracassados, os anos 1980 representaram um dos períodos mais trágicos da história do povo curdo no Iraque, culminando na Campanha Anfal, uma série de operações militares genocidas perpetradas pelo regime de Saddam Hussein, entre 1987 e 1988. Esta campanha tinha como objetivo não apenas eliminar a resistência curda no norte do Iraque, mas também destruir de forma sistemática os bases materiais, culturais e sociais da existência curda na região (Paniz, 2023; Campello, 2020).

A operação foi conduzida por Ali Hassan al-Majid, primo de Saddam Hussein, que ficou conhecido internacionalmente como “Ali Químico”, devido ao uso indiscriminado de armas químicas contra civis curdos. O plano do regime era claro: eliminar a presença curda em áreas estratégicas, enfraquecer os Peshmergas (forças curdas de resistência) e implementar uma política de arabização nas regiões de maioria curda, especialmente nas áreas ricas em petróleo (Campello, 2020).

As táticas empregadas foram brutais e abrangentes. Envolveram desde ataques terrestres e bombardeios aéreos até a destruição completa de vilarejos,

deportações em massa, prisões arbitrárias, execuções sumárias, desaparecimentos forçados, tortura e, sobretudo, o uso sistemático de armas químicas, que caracterizam a Campanha Anfal como um ato de genocídio, reconhecido internacionalmente (Paniz, 2023).

Entre 4.000 e 4.500 vilarejos curdos foram destruídos, juntamente com pelo menos 31 aldeias assírias, provocando o deslocamento de aproximadamente um milhão de pessoas — praticamente um terço da população curda do Iraque à época. A Anistia Internacional documentou mais de 17.000 desaparecimentos forçados, além das dezenas de milhares de mortos, muitos enterrados em valas comuns nas regiões desertas do sul e oeste do país (Campello, 2020; Paniz, 2023).

O episódio mais brutal da campanha ocorreu na cidade de Halabja, localizada próximo à fronteira com o Irã. Em março de 1988, após a cidade ser temporariamente tomada por forças curdas com apoio do Irã, Saddam ordenou um dos maiores ataques químicos já registrados contra uma população civil. Nos dias 16 e 17 de março, Halabja foi bombardeada com uma combinação de agentes neurotóxicos, incluindo gás mostarda, sarin e VX, que se infiltraram nos porões onde os moradores buscavam abrigo. O ataque resultou na morte de aproximadamente 5.000 civis e deixou mais de 7.000 feridos, mutilados e permanentemente incapacitados (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Figura 4 - Imagem datada de 20 de março de 1988 mostra um pai curdo, Omari Khawar, segurando seu bebê em seus braços em Halabja. Ambos foram mortos em um ataque químico iraquiano à cidade.



Fonte: AFP/IRNA (2024)

Muitos dos sobreviventes só escaparam porque conseguiram improvisar máscaras molhando roupas e fugindo para as montanhas do Irã. Contudo, milhares de famílias foram destruídas, e até hoje existem desaparecidos, vítimas dos efeitos posteriores dos agentes químicos ou das consequências do deslocamento forçado.

Durante todo esse período, o governo de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, bem como vários países europeus, manteve apoio logístico e diplomático ao Iraque, devido à Guerra Irã-Iraque (1980–1988). Documentos desclassificados posteriormente revelaram que Washington tinha conhecimento do uso de armas químicas contra os civis curdos, mas optou por ignorar os crimes em prol de seus interesses estratégicos na região (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Após o fim da guerra contra o Irã, a pressão internacional sobre o regime iraquiano aumentou, especialmente após a invasão do Kuwait em 1990. Durante a Guerra do Golfo (1991), e logo após a derrota iraquiana, ocorreu uma nova tentativa de insurreição curda, desta vez apoiada, ainda que de forma indireta, pelos Estados Unidos. A repressão violenta por parte de Bagdá levou à fuga de milhares de curdos para as montanhas, gerando uma crise humanitária de proporções alarmantes (Paniz, 2023).

A resposta da comunidade internacional foi a criação, sob liderança dos EUA, de uma zona de exclusão aérea sobre o norte do Iraque, protegendo a região curda dos bombardeios do exército de Saddam. Paralelamente, uma resolução do Conselho de Segurança da ONU, aprovada em 1991, condenava a repressão contra civis iraquianos, proibindo qualquer ação militar contra populações em áreas predominantemente curdas.

Essas medidas permitiram, pela primeira vez, que o Curdistão iraquiano operasse de forma de facto independente, ainda que sem reconhecimento formal da soberania. Sob a liderança dos dois principais partidos curdos — o Partido Democrático do Curdistão (KDP) e a União Patriótica do Curdistão (PUK) — a região iniciou um processo de construção de instituições autônomas, desenvolvimento de uma economia própria e consolidação de uma identidade nacional curda no Iraque (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Desde as primeiras eleições realizadas em 1992, apesar de tensões internas, especialmente entre KDP e PUK, o Curdistão iraquiano avançou significativamente no caminho da autodeterminação. Esse avanço foi construído sobre os escombros das aldeias destruídas na campanha Anfal e sobre a memória viva do genocídio de

Halabja, que até hoje serve como um símbolo da luta curda não apenas no Iraque, mas em todo o mundo (Paniz, 2023).

3.3 DA GUERRA CIVIL AO DESAFIO DA INDEPENDÊNCIA

O percurso histórico do Curdistão Iraquiano nas últimas décadas reflete um processo complexo, marcado por avanços significativos, retrocessos e contradições profundas. Após sobreviver a episódios traumáticos como a Campanha Anfal, reconhecida internacionalmente como genocídio, e os efeitos devastadores do uso de armas químicas, particularmente no massacre de Halabja, o povo curdo no Iraque conseguiu, a duras penas, estabelecer uma região autônoma funcional e relativamente estável.

No entanto, nem mesmo a consolidação institucional e política da década de 1990 foi suficiente para impedir o surgimento de conflitos internos. A Guerra Civil Curda, ocorrida entre 1994 e 1998, colocou frente a frente os dois principais partidos curdos — KDP, liderado por Massoud Barzani, e PUK, sob a liderança de Jalal Talabani. Esse conflito revelou as fragilidades estruturais do projeto curdo, aprofundadas por ingerências externas de potências regionais como Turquia, Irã e Síria, e pelos interesses dos Estados Unidos.

Apesar dos enormes prejuízos sociais, econômicos e políticos, o conflito foi encerrado em 1998, por meio do Acordo de Washington, que estabeleceu a unificação administrativa do Governo Regional do Curdistão (KRG). Essa conquista, embora significativa, manteve marcas duradouras na geopolítica interna da região, dividida entre as esferas de influência turca (no Norte) e iraniana (no Sul), evidenciando que a autonomia curda também foi, em parte, sequestrada pelas dinâmicas de poder das potências vizinhas (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

A queda do regime de Saddam Hussein, em 2003, abriu um novo capítulo na história do Curdistão iraquiano. A inclusão formal da autonomia curda na Constituição de 2005 representou um marco jurídico, garantindo poderes legislativos, econômicos e militares significativos ao KRG. Contudo, a instabilidade endêmica do Oriente Médio, somada à ascensão do Estado Islâmico e aos desdobramentos da guerra civil na Síria, manteve a região em constante estado de alerta e vulnerabilidade.

O genocídio perpetrado pelo Estado Islâmico contra a minoria yazidi, em Sinjar, reacendeu as memórias das campanhas genocidas anteriores, como Anfal, reforçando, mais uma vez, a percepção de que a segurança do povo curdo, e de

outras minorias na região, nunca esteve plenamente garantida no contexto dos Estados artificiais do Oriente Médio (Paniz, 2023).

Em meio às tensões internas e externas, o Curdistão iraquiano avançou, em 2017, para um de seus momentos mais simbólicos e desafiadores: o referendo pela independência. Com mais de 92% dos votos favoráveis, a consulta popular revelou o desejo coletivo de secessão. Contudo, a falta de apoio internacional, a rejeição por parte de Bagdá, a oposição contundente de Turquia e Irã e a ameaça de isolamento econômico e militar acabaram por inviabilizar o projeto de independência no curto prazo (Oakes, 2025; Campello, 2020).

A retomada de territórios estratégicos por parte do exército iraquiano, incluindo Kirkuk, logo após o referendo, foi um duro golpe para as aspirações nacionalistas curdas. A partir desse episódio, tornou-se evidente que, embora o Curdistão iraquiano possua uma autonomia robusta, sua capacidade de efetivar a plena independência está condicionada às dinâmicas regionais, à geopolítica internacional e, sobretudo, à superação de suas próprias divisões internas, que ainda hoje persistem entre o KDP e o PUK.

Diante desse cenário, o futuro do Curdistão iraquiano permanece incerto, situado entre avanços institucionais e a fragilidade das alianças internacionais. A região segue como um exemplo notável de resistência, de construção de autonomia e de afirmação identitária, mas também como um espelho das limitações impostas pelos arranjos geopolíticos do Oriente Médio, que continuam negando ao povo curdo seu direito histórico à autodeterminação plena e à formação de um Estado soberano.

Portanto, o caso do Curdistão iraquiano ilustra, de maneira dramática e exemplar, tanto as possibilidades quanto os limites da luta de uma nação sem Estado no sistema internacional contemporâneo, evidenciando que, para os curdos, a autodeterminação permanece como um horizonte de luta permanente, mais político e social do que militar, mais diplomático do que bélico — e, sobretudo, mais coletivo do que individual.

3.4 CONSEQUÊNCIAS PÓS-REFERENDO DE 2017

O referendo de 2017 trouxe consequências políticas, econômicas e sociais complexas. No plano político, houve imediato isolamento internacional da região curda. Nenhuma potência global reconheceu formalmente o resultado do plebiscito, incluindo aliados históricos dos curdos, como os Estados Unidos e algumas nações

européias, que consideraram o referendo uma ameaça à estabilidade do Iraque e da região (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

Internamente, o governo central de Bagdá respondeu com forte repressão, retomando militarmente áreas disputadas, como Kirkuk, rica em petróleo e historicamente reivindicada pelos curdos. Isso representou um enorme revés para o governo regional curdo (KRG), que perdeu uma de suas principais fontes de renda e uma cidade de importância simbólica e estratégica (Oakes, 2025).

Do ponto de vista econômico, a crise foi acentuada pela queda dos preços do petróleo, principal fonte de receita da região, e pela imposição de sanções econômicas e bloqueios por parte do governo iraquiano e dos países vizinhos. Socialmente, o fracasso do referendo gerou descontentamento interno, acirrando tensões políticas e sociais dentro do próprio Curdistão Iraquiano (Paniz, 2023; Campello, 2020).

3.5 A INFLUÊNCIA CRESCENTE DE POTÊNCIAS REGIONAIS

O vácuo de apoio internacional e as fragilidades internas do Curdistão Iraquiano abriram espaço para a crescente interferência de potências regionais, especialmente Irã e Turquia. Ambos os países, que possuem grandes populações curdas dentro de suas fronteiras, veem qualquer avanço no projeto de soberania curda no Iraque como uma ameaça direta à sua própria integridade territorial (Oakes, 2025; Paniz, 2023).

A Turquia, por um lado, mantém uma relação ambígua com o governo curdo no Iraque, sobretudo com o Partido Democrático do Curdistão (KDP), que controla a região de Erbil. Enquanto realiza acordos econômicos e energéticos, particularmente na exportação de petróleo curdo através do porto de Ceyhan, a Turquia também conduz operações militares regulares contra posições do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) nas montanhas do norte do Curdistão Iraquiano, sob a justificativa de combater o terrorismo (Oakes, 2025; Paniz, 2023).

O Irã, por sua vez, exerce forte influência sobre o União Patriótica do Curdistão (PUK), com base em Suleimânia. Essa aliança reflete tanto interesses econômicos quanto estratégicos, sendo o Irã um dos principais atores na política interna do Curdistão Iraquiano. A presença de milícias xiitas pró-Irã nas regiões disputadas, especialmente em Kirkuk, tem sido um fator constante de tensão, contribuindo para a instabilidade da região (Campello, 2020; Oakes, 2025).

3.6 DESAFIOS ATUAIS DO CURDISTÃO IRAQUIANO

O Curdistão Iraquiano enfrenta hoje uma série de desafios estruturais que ameaçam sua estabilidade política e econômica. A dependência quase total do petróleo tornou a economia regional extremamente vulnerável às oscilações do mercado internacional. A queda dos preços do petróleo em vários momentos da última década impactou diretamente a capacidade do governo de pagar salários, investir em infraestrutura e manter serviços básicos (Oakes, 2025; Paniz, 2023).

Além disso, a corrupção endêmica dentro do governo regional curdo (KRG) é um dos problemas mais apontados pela população e por organismos internacionais. O sistema político é dominado pelas duas principais famílias e partidos — Barzani (KDP) e Talabani (PUK) — que controlam não apenas a política, mas também setores chave da economia, dos meios de comunicação e da segurança. Esse modelo de governança oligárquica gera constantes denúncias de nepotismo, má gestão e enriquecimento ilícito (Paniz, 2023; Campello, 2020).

As tensões internas entre o KDP e o PUK também continuam sendo um fator de instabilidade. Disputas sobre controle de territórios, recursos e influência política frequentemente se transformam em conflitos armados de baixa intensidade, além de fragilizarem a capacidade de negociação da região tanto com Bagdá quanto com atores internacionais (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

3.7 O IMPACTO DOS REFUGIADOS CURDOS E YAZIDIS

Outro grande desafio para o Curdistão Iraquiano é a crise humanitária decorrente dos conflitos da última década, especialmente após o avanço do Estado Islâmico (EI) na região. O genocídio contra os yazidis, ocorrido em 2014 na região de Sinjar, resultou na morte de milhares de pessoas e no deslocamento forçado de mais de 400 mil yazidis, que buscaram refúgio, em grande parte, no território do Curdistão Iraquiano (Paniz, 2023).

O povo yazidi é um grupo étnico-religioso de origem curda, majoritariamente concentrado no norte do Iraque, especialmente na região do Monte Sinjar, embora também haja comunidades na Síria, Turquia e diáspora europeia. Sua religião, o yazidismo, é monoteísta e sincrética, incorporando elementos do zoroastrismo, islamismo, cristianismo e antigas crenças mesopotâmicas. Os yazidis possuem uma cosmologia própria centrada na figura de Melek Taus, o Anjo Pavão, considerado por

eles como o principal intermediário entre Deus e o mundo. Historicamente, o povo yazidi tem sido alvo de perseguições e massacres devido à incompreensão de sua fé, sendo um dos casos mais recentes o genocídio promovido pelo Estado Islâmico em 2014. A resiliência cultural e religiosa dos yazidis destaca-se como um exemplo de resistência diante de séculos de marginalização e violência (Fuccaro, 1999).

Além dos yazidis, centenas de milhares de curdos, árabes, cristãos assírios e outras minorias fugiram das zonas de conflito, sobrecarregando os já frágeis sistemas de saúde, educação e assistência social da região. Muitos desses refugiados vivem até hoje em campos, enfrentando condições precárias, falta de acesso a trabalho, educação e serviços básicos (Campello, 2020; Paniz, 2023).

A situação dos deslocados evidencia não só a incapacidade do governo regional em oferecer soluções estruturais, mas também a negligência da comunidade internacional, que, embora tenha prometido apoio financeiro e humanitário, pouco fez para resolver de forma efetiva a crise (Oakes, 2025).

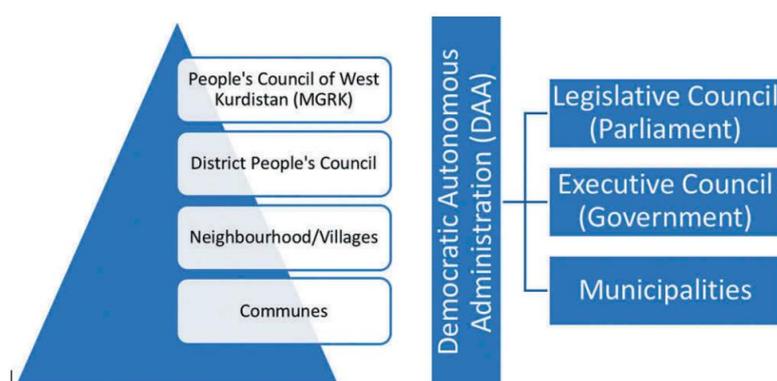
Em síntese, embora o Curdistão Iraquiano represente, até hoje, a expressão mais concreta das aspirações curdas por autodeterminação, sua trajetória recente evidencia os limites de um projeto nacional que precisa lidar simultaneamente com a hostilidade de potências regionais, com as pressões econômicas globais e com suas próprias contradições internas. A luta do povo curdo no Iraque permanece como um reflexo das promessas não cumpridas da comunidade internacional e das heranças históricas da fragmentação imposta no século XX.

4 O CURDISTÃO SÍRIO (ROJAVA)

O surgimento de Rojava, também conhecido como Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria, representa uma das experiências políticas mais inovadoras, complexas e revolucionárias do século XXI. Situado no norte da Síria, o território de maioria curda foi palco, desde 2012, de um processo de transformação social, política e econômica, profundamente influenciado pela teoria do confederalismo democrático, desenvolvida por Abdullah Öcalan, líder histórico do movimento curdo (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

Essa proposta rompe deliberadamente com o modelo tradicional de Estado-nação, considerado, segundo Öcalan, uma estrutura opressiva, patriarcal e colonialista. Em vez disso, o confederalismo democrático se fundamenta em três pilares: democracia direta, ecologia social e libertação das mulheres. Nesse modelo, a autonomia local, a autogestão comunitária e a construção de uma sociedade pluralista e multiétnica são colocadas no centro do projeto político (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

Figura 5 - Estrutura do confederalismo democrático e da autonomia democrática nos Cantões de Rojava.



Fonte: Knapp, Michael, Anja Flach, e Ercan Ayboga. *Revolution in Rojava: democratic autonomy and women's liberation in Syrian Kurdistan*. London: Pluto Press, 2016, p. 92].

O início da revolução em Rojava coincidiu com a eclosão da Guerra Civil Síria, em 2011. Com o colapso do regime central de Bashar al-Assad em partes do norte do país, os curdos organizaram milícias locais e conselhos populares para proteger seus

territórios, estabelecendo um sistema de autogoverno que, embora não declarado como independente, funciona na prática como uma entidade política e administrativa autônoma (Paniz, 2023; Campello, 2020).

4.1 O PAPEL DAS YPG E DAS YPJ NA DEFESA DE ROJAVA

A defesa da revolução de Rojava foi possível graças à criação das Unidades de Proteção Popular (YPG) e das Unidades de Proteção das Mulheres (YPJ). Enquanto a YPG atua como força militar de defesa do território, a YPJ representa uma inovação não apenas militar, mas também social, sendo uma milícia composta exclusivamente por mulheres, profundamente vinculada à proposta de libertação de gênero (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

Essas forças ganharam notoriedade mundial durante a batalha contra o Estado Islâmico (EI), especialmente na defesa da cidade de Kobane, em 2014. A resistência das forças curdas, composta de homens e mulheres, tornou-se símbolo internacional da luta contra o fascismo jihadista e elevou o protagonismo das mulheres curdas ao status de referência global na luta pela igualdade de gênero (Paniz, 2023; Campello, 2020).

A vitória em Kobane e, posteriormente, na cidade de Raqqa, então capital do califado do EI, demonstrou não só a eficácia militar das forças de Rojava, como também a viabilidade de um modelo de organização social alternativo, capaz de unir curdos, árabes, assírios, armênios, yazidis e outras minorias sob uma mesma estrutura federativa (Paniz, 2023).

4.2 A RETIRADA DAS TROPAS DOS EUA E A OFENSIVA TURCA

O sucesso da administração de Rojava, entretanto, colocou a região sob constante ameaça, especialmente da Turquia, que considera o projeto curdo sírio uma extensão do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), organização que Ancara classifica como terrorista (Oakes, 2025).

A situação se agravou drasticamente em 2019, quando os Estados Unidos, sob a administração de Donald Trump, anunciaram a retirada parcial de suas tropas do norte da Síria, abandonando, na prática, os curdos à própria sorte frente às ofensivas turcas. A operação militar turca, denominada “Fonte de Paz”, teve como objetivo criar uma zona de segurança ao longo da fronteira, expulsando os curdos e substituindo-

os por populações árabes deslocadas, configurando mais uma tentativa de engenharia demográfica (Oakes, 2025; Paniz, 2023).

Apesar dos acordos pontuais mediados pela Rússia e pelos próprios EUA para conter os avanços turcos, parte significativa do território de Rojava foi ocupada, impondo enormes desafios ao projeto político curdo, que hoje precisa lidar simultaneamente com as ameaças externas e com as dificuldades internas decorrentes da guerra e dos deslocamentos massivos de população (Oakes, 2025).

4.3 O PAPEL DA MULHER NA REVOLUÇÃO DE ROJAVA

Um dos aspectos mais revolucionários de Rojava é, sem dúvida, o papel central ocupado pelas mulheres na construção do novo modelo social. A YPJ, mais do que uma simples força militar, representa a materialização prática da teoria da libertação das mulheres defendida por Abdullah Öcalan, segundo a qual “nenhuma sociedade pode ser livre se as mulheres não forem livres” (Öcalan, 2018).

Além da participação militar, as mulheres estão presentes em todas as esferas da vida política, econômica e social. O sistema de copresidência, no qual todos os cargos políticos são ocupados conjuntamente por um homem e uma mulher, é uma regra obrigatória em Rojava. Existem, ainda, tribunais de justiça específicos para questões de gênero, cooperativas agrícolas e industriais administradas por mulheres, e academias de formação política feminista (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Figura 6 - Lutadoras curdas do YPG



Womensvoicesnow.org (2015)

Um exemplo notável dessa participação é a presença das mulheres nas *Asayish*³, onde estima-se que aproximadamente 25% de seu contingente seja composto por mulheres. Também são lideradas sob o modelo de copresidência mista que instituíram uma divisão especializada exclusivamente feminina, cuja finalidade é atuar em casos relacionados à violência de gênero, disputas familiares entre mulheres e assegurar a proteção de mulheres em manifestações públicas e eventos comemorativos.

Essa revolução de gênero em pleno Oriente Médio não só desafia o patriarcado local e regional, mas também serve como exemplo global de como a luta pela autodeterminação nacional pode e deve estar intrinsicamente ligada à libertação das mulheres, por mais que essas mulheres que integram a vida política estejam sujeitas a riscos agravados, sobretudo em virtude de possíveis ataques promovidos por grupos fundamentalistas religiosos. Ainda assim, essa participação na política da sociedade é frequentemente percebida como uma forma significativa de emancipação individual e coletiva em contextos marcados por fortes estruturas patriarcais, representando então uma ruptura com os padrões de subordinação historicamente impostos.

4.4 HTS, O NOVO GOVERNO SÍRIO E A NORMALIZAÇÃO COM ISRAEL

Paralelamente à luta dos curdos, o cenário sírio tem sido impactado pela ascensão do Hayat Tahrir al-Sham (HTS), grupo jihadista que controla a região de Idlib. Embora tenha origens na Al-Qaeda, o HTS passou por um processo de *rebranding*, buscando se apresentar como uma força política local, embora sua ideologia radical continue sendo um fator de tensão tanto para o governo sírio quanto para as forças curdas (Heller, 2017; Bakkour, 2023; Marei; Hooda, 2020).

O governo sírio, agora sob a liderança de Ahmad al-Sharaa, sucessor de Bashar al-Assad, passou a adotar uma postura de reconstrução diplomática e econômica. Esse processo inclui negociações inéditas, como a aproximação com Israel, visando à normalização das relações através dos Acordos de Abraão, processo já em curso com outros países árabes (Times of Israel, 2025; Jewish Insider, 2025).

¹ _____

³ As **Asayish** são as Forças de Segurança Interna da **Administração Autônoma do Norte e Leste da Síria** (Rojava). Atuam como polícia civil, antiterrorismo) e garantem a ordem pública, com uma notável participação feminina. Sua função é crucial para a estabilidade e segurança da região, baseada nos princípios do confederalismo democrático.

Essa reconfiguração diplomática enfraquece ainda mais a posição dos curdos na Síria, que se veem pressionados entre a ofensiva turca, o governo central sírio em fortalecimento e a presença jihadista em Idlib.

4.5 ABANDONO DAS ARMAS PELO PKK E IMPACTO EM ROJAVA

Em meio a esse contexto, um fato histórico relevante ocorreu em 2025, quando o PKK anunciou oficialmente o abandono da luta armada na Turquia, encerrando décadas de conflito com o Estado turco (G1, 2025). Essa decisão tem reflexos diretos sobre Rojava, na medida em que enfraquece a narrativa turca que associa o projeto de confederalismo democrático na Síria ao terrorismo.

No entanto, o fim da luta armada do PKK não significa, necessariamente, uma diminuição das tensões no norte da Síria. A Turquia continua a pressionar a região, e o governo de Rojava segue lutando por reconhecimento internacional e por garantias de segurança para sua população e seu modelo político (Oakes, 2025).

O futuro de Rojava permanece incerto, mas sua resistência é, sem dúvida, uma das experiências mais extraordinárias de construção de autonomia, democracia radical e libertação de gênero no século XXI. Apesar dos desafios geopolíticos, das ameaças militares e da fragilidade diplomática, a experiência de Rojava segue sendo uma referência mundial de resistência, não apenas para o povo curdo, mas para todos os povos que lutam pela liberdade e pela justiça social.

5 SITUAÇÃO ATUAL, DESAFIOS ATUAIS E PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS

A luta do povo curdo por autodeterminação atravessa séculos, mas seus dilemas permanecem especialmente vivos no cenário contemporâneo. Mesmo com avanços parciais em algumas regiões — como no Curdistão iraquiano ou na administração autônoma de Rojava, no norte da Síria — os curdos seguem sendo uma das maiores nações apátridas do mundo. Estima-se que existam entre 30 e 40 milhões de curdos, dispersos principalmente entre Turquia, Irã, Iraque e Síria, e submetidos a diferentes níveis de repressão e marginalização. Esse panorama, por si só, representa um desafio permanente ao sistema internacional de Estados soberanos (Paniz, 2023).

5.1 A CULTURA CURDA CONTEMPORÂNEA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Se a opressão buscou apagar a identidade curda por meio da destruição de aldeias, da proibição da língua e da perseguição cultural, a resposta do povo curdo tem sido a radical preservação e reinvenção de suas expressões culturais. A música, a literatura, o cinema e as artes visuais têm se tornado instrumentos de resistência, identidade e afirmação da nação curda no mundo contemporâneo.

Na música, artistas como Aynur Doğan, Sivan Perwer e Naser Razzazi misturam melodias tradicionais curdas com gêneros contemporâneos, como jazz, blues, rock e rap. Suas canções, muitas vezes banidas na Turquia e em partes do Irã, são hinos da resistência curda, transmitindo histórias de amor, exílio, luta e saudade (Paniz, 2023).

No cinema, cineastas curdos têm produzido filmes que narram de forma sensível as dores do exílio, os desafios da resistência armada e os sonhos de liberdade. Obras como “Bekas” (2012), “My Sweet Pepper Land” (2013) e “Zagros” (2017) abordam temas como identidade, opressão e esperança, revelando ao público internacional a profundidade da cultura e da história curda (Paniz, 2023).

A literatura curda, que durante séculos sobreviveu na tradição oral, hoje floresce na forma escrita, com romances, poemas e ensaios traduzidos para diversas línguas. Escritores como Sherko Bekas, Bachtyar Ali e Mehmed Uzun são lidos e estudados em universidades de todo o mundo, narrando a saga de um povo que, mesmo sem Estado, mantém viva sua nação através da palavra (Öcalan, 2008; Paniz, 2023).

Além disso, a cultura contemporânea curda também se expressa nas artes visuais, na dança, no teatro e na gastronomia, como formas de resistência simbólica à tentativa histórica de apagamento cultural. Festivais curdos, como o Newroz, celebrado no dia 21 de março, tornaram-se não apenas uma tradição milenar, mas também um ato político de afirmação da existência e da resistência curda frente aos séculos de opressão (Paniz, 2023; Öcalan, 2008).

Por fim, o projeto político-cultural do confederalismo democrático, especialmente implementado na região de Rojava, no norte da Síria, fortalece a ideia de que a resistência curda vai além da luta armada e se materializa na construção de uma sociedade baseada na democracia direta, na igualdade de gênero e na sustentabilidade ecológica. Essa proposta tem sido objeto de estudo em centros acadêmicos de todo o mundo e inspira movimentos sociais no Ocidente, demonstrando que a luta curda transcende fronteiras e se projeta como exemplo de resistência global no século XXI (Öcalan, 2018; Paniz, 2023; Campello, 2020).

5.2 A QUESTÃO CURDA E O DIREITO INTERNACIONAL

No campo do direito internacional, a questão curda evidencia uma das grandes contradições da ordem jurídica global: enquanto o princípio da autodeterminação dos povos é formalmente reconhecido na Carta das Nações Unidas e em documentos como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, sua aplicação prática é extremamente seletiva. Os curdos têm, repetidamente, expressado vontade política, cultural e territorial para se autogovernar, mas foram sistematicamente excluídos dos grandes tratados e conferências que redesenharam o Oriente Médio no século XX, como o Tratado de Lausanne (1923).

A ausência de representação curda em decisões que afetam diretamente seu destino viola o espírito da autodeterminação. No entanto, como aponta Campello (2020), o direito internacional tem se mostrado mais eficiente na preservação das fronteiras herdadas da era colonial do que na promoção da justiça para povos marginalizados. Na prática, o reconhecimento da soberania continua sendo um ato essencialmente político, dependente do respaldo das grandes potências — algo que os curdos, até hoje, não conseguiram conquistar de forma contínua e efetiva.

5.3 O FRACASSO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

As Nações Unidas e outros organismos internacionais fracassaram, de modo geral, na mediação da causa curda. Mesmo diante de episódios amplamente documentados de genocídio (como a Campanha Anfal, em 1988), de limpezas étnicas, massacres, uso de armas químicas (Halabja), e da escravização de mulheres e crianças yazidis pelo Estado Islâmico, as respostas da comunidade internacional foram, no melhor dos casos, reativas e simbólicas.

A ONU reconheceu formalmente o genocídio yazidi apenas em 2021, mais de sete anos após os eventos, e não houve qualquer avanço relevante em termos de responsabilização criminal ou garantias internacionais para os curdos da Síria, Iraque ou Turquia (Paniz, 2023). Da mesma forma, tribunais internacionais ignoraram as inúmeras violações cometidas pelos regimes do Irã e da Turquia contra seus cidadãos curdos, como prisões arbitrárias, assassinatos políticos, e negação de identidade cultural.

Além disso, as propostas de mediação feitas por organismos regionais, como a Liga Árabe ou a Organização da Cooperação Islâmica, foram nulas ou totalmente alinhadas com os interesses dos Estados que reprimem os curdos, demonstrando a falência das instituições multilaterais como canais eficazes para a resolução do conflito.

5.4 OPORTUNISMO GEOPOLÍTICO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DA CAUSA CURDA

As grandes potências globais e regionais, notadamente Estados Unidos, Rússia, União Europeia, Irã, Turquia e Israel, têm historicamente instrumentalizado a causa curda conforme seus interesses estratégicos. Em vez de promoverem uma solução estável, atuam com base em interesse tático de curto prazo, apoiando ou reprimindo os curdos conforme a conveniência do momento (Campello, 2020; Oakes, 2025).

Os Estados Unidos, por exemplo, apoiaram os curdos iraquianos na Guerra do Golfo (1991), impuseram zonas de exclusão aérea e foram cruciais para a consolidação do Governo Regional do Curdistão. Contudo, também os abandonaram em 2017, após o referendo pela independência, e retiraram suas tropas do norte da Síria em 2019, deixando Rojava vulnerável à ofensiva turca.

A Rússia, por sua vez, dialogava com lideranças curdas da Síria ao mesmo tempo em que apoiava o regime de Bashar al-Assad, um dos responsáveis diretos

pela repressão ao movimento. O Irã exerce influência sobre o PUK no Curdistão iraquiano, mas reprime duramente o movimento PJAK dentro de seu território. Já a Turquia mantém uma política abertamente expansionista, realizando incursões militares no Iraque e na Síria contra o PKK e suas organizações afiliadas. Israel, embora historicamente simpático aos curdos como aliados não árabes, também se limita ao apoio retórico, temendo comprometer sua relação com potências regionais (Paniz, 2023; Oakes, 2025).

Esses comportamentos demonstram que os curdos são, na maior parte das vezes, utilizados como peões estratégicos nos tabuleiros geopolíticos regionais, sendo descartados assim que deixam de ser úteis para as agendas das potências envolvidas.

5.5 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: GUERRAS HÍBRIDAS, TERRORISMO E REFUGIADOS

A questão curda está inserida em um cenário global marcado por guerras híbridas, conflitos assimétricos, migrações em massa e crises ambientais. Os curdos enfrentam múltiplos desafios simultâneos: ataques militares diretos (como no norte da Síria), repressão digital e vigilância em massa, destruição ambiental de seus territórios (em especial pelas campanhas turcas), e ainda o estigma de estarem associados — injustamente — a movimentos “terroristas”, como frequentemente faz a Turquia em relação ao PKK (Paniz, 2023).

O deslocamento de populações curdas, agravado pela repressão e pela mudança climática, tem gerado novas diásporas e comunidades curdas na Europa, Canadá e América Latina. Ao mesmo tempo, fenômenos como a desertificação e a escassez de água afetam diretamente áreas tradicionalmente curdas, agravando a insegurança alimentar e dificultando a sustentabilidade de suas formas de vida comunitária rural (Oakes, 2025).

Além disso, os curdos continuam vulneráveis a ataques de grupos extremistas como o Estado Islâmico, que ainda mantém células ativas no Iraque e na Síria. O genocídio dos yazidis permanece como ferida aberta e como alerta sobre a fragilidade dos mecanismos internacionais de proteção às minorias.

5.6 PROPOSTAS DE FUTURO: PAZ, AUTONOMIA E NAÇÃO DEMOCRÁTICA

Diante desse quadro, lideranças curdas têm adotado propostas diferenciadas para buscar a paz e a estabilidade. Embora ainda exista entre parte da população o sonho de um Estado curdo soberano, a maioria das lideranças políticas e intelectuais contemporâneas aposta em formas alternativas de organização, como o confederalismo democrático, proposto por Abdullah Öcalan (Öcalan, 2018).

Esse modelo busca superar os limites do Estado-nação, propondo uma rede de comunidades autônomas organizadas por democracia direta, com forte ênfase em pluralismo étnico, ecologia e libertação de gênero. Trata-se de uma proposta que já está em prática em Rojava e em partes do Curdistão iraquiano, com adaptações locais. Para Öcalan (2008), a paz duradoura na região só será possível com o reconhecimento do direito dos curdos à organização democrática descentralizada, em cooperação com os povos vizinhos.

Outros líderes, como os representantes do KRG, continuam a defender o direito à autodeterminação plena, buscando apoio internacional para o reconhecimento do Curdistão como Estado soberano. Contudo, o fracasso do referendo de 2017 deixou claro que, sem respaldo diplomático, o custo de uma secessão unilateral pode ser politicamente insustentável.

A construção da paz, portanto, exige o fortalecimento de alianças regionais, o combate à corrupção interna, o uso estratégico das redes sociais para mobilização internacional, e a pressão contínua por mecanismos de justiça e reparação para os crimes cometidos contra o povo curdo ao longo do século XX e XXI.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, foi possível percorrer os principais marcos históricos, políticos e sociais que moldaram a trajetória do povo curdo, uma das maiores nações sem Estado do mundo contemporâneo. A análise permitiu compreender que a luta curda transcende as fronteiras convencionais dos Estados-nação e representa uma das mais emblemáticas expressões das contradições do sistema internacional moderno.

O estudo revelou que a atual fragmentação do Curdistão, dividido entre Turquia, Iraque, Irã e Síria, não foi um acidente histórico, mas o resultado direto dos acordos internacionais, especialmente do Tratado de Lausanne (1923), que ignorou completamente as aspirações nacionais curdas, priorizando os interesses geopolíticos das potências europeias e das elites nacionais emergentes na região. A análise dos processos de descolonização e reorganização territorial no Oriente Médio demonstra que os curdos foram vítimas não apenas do colonialismo externo, mas também do nacionalismo estatal de matriz colonial interna, imposto por governos como o da Turquia, do Irã, do Iraque e da Síria (Paniz, 2023; Campello, 2020).

Os capítulos dedicados às experiências específicas do Curdistão Turco, Curdistão Iraquiano e Curdistão Sírio (Rojava) mostraram que, embora cada contexto apresente particularidades políticas, culturais e econômicas, todos compartilham desafios comuns: repressão estatal, marginalização cultural, genocídios, deslocamentos forçados e manipulação constante de suas demandas pelos interesses das potências regionais e globais (Oakes, 2025; Öcalan, 2018).

No caso do Curdistão Iraquiano, apesar de avanços institucionais e do reconhecimento de uma autonomia formal desde 2005, o fracasso do referendo de 2017 evidenciou que a independência curda, nas condições atuais, esbarra em uma combinação de fatores internos — como a rivalidade entre KDP e PUK — e externos, incluindo a oposição das potências regionais (Turquia, Irã e Iraque) e a omissão da comunidade internacional.

Por sua vez, a experiência de Rojava, no norte da Síria, embora limitada territorialmente e sob constante ameaça militar da Turquia e de grupos jihadistas, desponta como uma das mais avançadas tentativas de aplicação prática de um modelo alternativo ao Estado-nação. A proposta de Confederalismo Democrático, idealizada por Abdullah Öcalan, oferece ao mundo um experimento político baseado na democracia direta, na ecologia e na libertação das mulheres, desafiando não

apenas as lógicas coloniais, mas também o patriarcado e o capitalismo (Öcalan, 2018; Paniz, 2023).

O capítulo sobre os Desafios Atuais e Perspectivas Internacionais confirmou que o direito internacional, as Nações Unidas e os organismos multilaterais têm sido, na prática, ineficazes na proteção dos direitos do povo curdo. As potências mundiais — EUA, Rússia, União Europeia, Israel, Irã e Turquia — continuam a utilizar a causa curda como instrumento de barganha geopolítica, abandonando sistematicamente suas promessas assim que seus interesses estratégicos estão assegurados.

Além disso, as guerras híbridas, a crescente militarização, as crises de refugiados, as mudanças climáticas e o avanço do terrorismo transnacional complicam ainda mais o cenário, impondo ao povo curdo a necessidade constante de adaptação, resistência e reinvenção de suas estratégias de luta.

Apesar desse quadro adverso, é inegável que a luta curda permanece como uma referência mundial de resistência. A experiência de autogoverno no Iraque e na Síria, o protagonismo feminino na revolução de Rojava e a persistência de uma cultura de resistência nas diásporas na Europa, América do Norte e até na América Latina são demonstrações vivas de que, mesmo sem Estado, a nação curda se recusa a desaparecer ou se submeter às lógicas hegemônicas.

O futuro do Curdistão, no entanto, permanece em aberto. A construção de um Estado curdo soberano, embora ainda seja uma aspiração de muitos, enfrenta obstáculos quase intransponíveis no curto prazo. Por outro lado, modelos alternativos de organização política, como o Confederalismo Democrático, vêm demonstrando que é possível construir formas de autodeterminação que não estejam necessariamente baseadas no modelo clássico de Estado-nação.

Por fim, este trabalho permite concluir que a questão curda é, antes de tudo, um reflexo das limitações estruturais da ordem internacional contemporânea. Ela evidencia que os discursos sobre direitos humanos, autodeterminação e soberania dos povos seguem subordinados aos interesses econômicos, militares e estratégicos das grandes potências. Portanto, a luta do povo curdo é, simultaneamente, uma luta local, regional e global — uma luta pela preservação da identidade, pela justiça histórica e pela construção de novas formas de convivência, solidariedade e autonomia no século XXI.

REFERÊNCIAS

BAKKOUR, Samer. **The Last Jihadist Battle in Syria: Externalisation and the regional and international responses to Hayat Tahrir al-Sham in Idlib**, v. 14. 2023. 1098 p Trabalho de Conclusão de Curso.

CAMPELLO, Maria Raphaela. **Os EUA e os curdos, uma história de Guerra Fria?**, v. 12. 2020, p. 755-782 Trabalho de Conclusão de Curso.

CAUSA OPERÁRIA. **Quem é o líder da Al-Qaeda apoiado por EUA e Israel na Síria**. 2024. Disponível em: <https://causaoperaria.org.br/2024/quem-e-o-lider-da-al-qaeda-apoiado-por-eua-e-israel-na-siria/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

DIRIK, D.; ET AL. **A Revolução Ignorada: Liberação Da Mulher, Democracia Direta e Pluralismo Radical No Oriente Médio**. Autonomia Literária, 2018.

G1. **PKK, grupo nacionalista curdo, anuncia fim da luta armada na Turquia; Erdogan fala de 'nova era'**, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/12/pkk-grupo-nacionalista-curdo-anuncia-fim-da-luta-armada-na-turquia-erdogan-fala-de-nova-era.ghtml>. Acesso em: 25 mai. 2025.

HELLER, Sam. **The strategic logic of Hayat Tahrir al-Sham**, v. 11. 2017, p. 139-152 Trabalho de Conclusão de Curso.

JEWISH INSIDER. **Marlin Stutzman: Syria President Ahmad al-Sharaa Israel normalization**, 2025. Disponível em: <https://jewishinsider.com/2025/04/marlin-stutzman-syria-president-ahmad-al-sharaa-israel-normalization/>. Acesso em: 25 mai. 2025.

MARCUS, A. **Blood and belief: the PKK and the Kurdish fight for independence**. New York University Press, 2009.

MAREI, Fouad Gehad; HOODA, Samanvya Singh. **Conflict in the Modern Middle East: An Encyclopedia of Civil War, Revolutions, and Regime Change: Hayat Tahrir al-Sham (HTS)**. ABC-CLIO, 2020. 120 p.

MCDOWALL, D. **Modern History Of The Kurds**. Bloomsbury, 2021.

OAKES, Nicholas. **Syria's Shifting Alliances: A Westward Turn?**, 2025.

PANIZ, Flávia XM. **Para começar a entender o Estado Islâmico: Questão Curda: colonialismo, história e gênero**. Editora da UFRJ, 2023, p. 161-182.

SOCHACZEWSKI, Monique. **O Império Otomano e a Grande Guerra**. 2013 Trabalho de Conclusão de Curso.

TAS, L. **Authoritarianism and Kurdish Alternative Politics: Governmentality, Gender and Justice**. Edinburgh University Press, 2022.

ÖCALAN, Abdullah. **Guerra e paz no Curdistão: perspectivas para uma solução política da questão curda**. 2008.

ÖCALAN, Abdullah. **Nação Democrática**. 2018.

ÖZCAN, Ali Kemal. **Turkey's Kurds: A theoretical analysis of the PKK and Abdullah Ocalan**. Routledge, 2012.

PANIZ, Flávia XM. **Questão Curda: colonialismo, história e gênero**. In: Para começar a entender o Estado Islâmico. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2023. p. 161-182.

SOCHACZEWSKI, Monique. **O Império Otomano e a Grande Guerra**. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, n.º 5, 2013. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/59/55>. Acesso em: 25 maio 2025.

TANEJA, Kabir. **Syria Under Al-Sharaa: A Precarious Future**. 2025.

TAS, L. **Authoritarianism and Kurdish Alternative Politics: Governmentality, Gender and Justice**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2022.

TIMES OF ISRAEL. **Report: Israel holding talks with Syria on Sharaa regime joining Abraham Accords**. *Times of Israel*, 2025. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/report-israel-holding-talks-with-syria-on-sharaa-regime-joining-abraham-accords/>. Acesso em: 25 maio 2025.

LÓPEZ-FARJEAT, Luis Xavier. **Confederalismo democrático: una alternativa para afrontar las tensiones entre las ciudadanía global y local**. In: Democratic Confederalism: an Alternative for Facing Tensions Between Global Citizenship and Localist Citizenship.

GIRALDI, Philip. **Mediterranea Quarterly**, winter 2008.

KNAPP, Michael; FLACH, Anja; AYBOGA, Ercan. **Revolution in Rojava: democratic autonomy and women's liberation in Syrian Kurdistan**. London: Pluto Press, 2016. p. 92.